



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 97

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 22 de Março de 2000

Presidente: *Deputado António Gomes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Presidente da Assembleia, Deputado Humberto Melo).*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz.*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 11 horas e 20 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período destinado às **intervenções de interesse político-relevante para a Região** em que intervieram os Srs. Deputados Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Berta Cabral (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Augusto Elavai (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Francisco Xavier Rodrigues (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Brasil (*PSD*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), João Greves (*PP*), António Gomes (*PS*), João Carlos Macedo (*PS*), Madruga da Costa (*PSD*), Aires Reis (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais, Adjunto da Presidência,

Francisco Coelho, da Agricultura e Pescas, *Fernando Lopes*, e do Ambiente, *Ricardo Rodrigues*.

Período da Ordem do Dia:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional 4/2000 - Adaptação à RAA do Decreto-Lei nº. 61/99, de 2 de Março, diploma que define o acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil.

Após a apresentação feita pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, *José Contente*, intervieram na discussão na generalidade e especialidade os Srs. Deputados Augusto Elavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Submetida à votação, a Proposta foi aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, por unanimidade.

- Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, **declarando findo do Período Legislativo de Março.**

Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 50 minutos.

Presidente: Agradeço aos Srs. Deputados que ocupem os seus lugares, porque vamos proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

António Manuel da Silva Melo

Augusto António Rua Elavai

Carlos Alberto da Costa Fraga

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa
João Carlos do Couto **Macedo**
José **Élio Valadão** Ventura
José Humberto de Medeiros **Chaves**
José do Nascimento Ávila
João Luís Sanchez dos **Santos**
Luís Machado **Resendes**
Manuel Goulart **Serpa**
Manuel **Herberto** da **Rosa**
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
Alberto Romão **Madruga da Costa**
Ana Carolina Gomes da **Silva**
António Manuel Silva **Almeida**
António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**
Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**
Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**
Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**
Eugénio Manuel Pereira **Leal**
Francisco Xavier Araújo Rodrigues
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Maria **Bairos**

José Ramos **Aguiar**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Manuel Teixeira **Brasil**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Sandra Maria Sousa Garcia **Bessa**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga **Greves**

Nuno Barata **Almeida e Sousa**

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de governo próprio, Projecto de Decreto-Lei que visa estabelecer os procedimentos a observar na contratação de empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços nos sectores de água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.

Presidente: Vamos passar agora ao período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na próxima semana decorre nessa Cidade da Horta mais uma edição, a 19ª, da Semana das Pescas dos Açores. Sob a égide dos desafios do século XXI e do seu impacto no desenvolvimento futuro do sector pesqueiro na Região Autónoma dos Açores, sob a presidência e o reinado - mais uma vez - do rei atum.

É deste futuro e do que se anda por cá a fazer para o hipotecar que vamos tratar hoje.

Quando se fala de pescas na Região, erradamente o simples mortal julga que pelo facto de vivermos em Ilhas, logo rodeados de mar, este é um autentico maná. Como se enganam os que empiricamente tiram conclusões desta natureza!! De facto, o exercício da pesca e o grande esforço empreendido, desenvolve-se sempre a volta das mesmas zonas, sempre à volta dos mesmos bancos e com o emprego de artes tradicionais.

Se o facto de desenvolvermos a pesca sempre em cima dos mesmos bancos e sempre em cima dos mesmos recursos, é motivo de preocupação, já o facto de utilizarmos métodos artesanais e tecnologicamente rudimentares não será assim tão grave, pelo contrário será mesmo, em nosso entender, uma mais valia.

Na verdade, ao nível de todo o planeta cada vez mais a gestão dos stocks marinhos é uma preocupação constante e motivo de mobilização de gentes e de organizações ecologistas. É só ver a título de exemplo, as campanhas que existiram contra os Açores a respeito de Golfinhos e de outros mamíferos marinhos, as repercussões que tiveram, quer ao nível dos preços do atum, nomeadamente no que se destinava a exportação, em congelado ou fresco para o mercado dos EUA, quer no preço das conservas.

A delimitação de uma zona de pesca com artes chamadas ecológicas no Atlântico Norte (Açores, Madeira, Canárias e Golfo da Biscaia), parece-nos ser a grande batalha a fazer neste momento. Na verdade, ao envolvermos a Espanha, na qualidade de Estado membro da União, nesta mesma guerra do que nós, preservando a frota de Canárias e do País Basco, transformamos aquele

que tem sido até agora um dos nossos maiores opositores no mais poderoso dos nossos aliados.

Para isso, é estritamente necessário que o Governo Regional dos Açores reveja o modo como se relaciona com as Instituições Europeias e com os outros Estados Membros, bem como reveja também o esquema de relacionamento com os parceiros sociais. Estes últimos podem certamente também ser os seus grandes aliados na conquista de questões prementes, uma vez que no espírito das instituições europeias e da própria organização comum de mercados, cada vez mais é dada importância às organizações de produtores, não só como reguladores do mercado mas também como potenciadores de políticas de racionalização do exercício da pesca.

De facto, o relacionamento do Governo Regional com as Instituições Europeias, quer ao nível da União quer ao nível dos outros Estados Membros que podem ser seus aliados, como já aqui foi dito, tem sido pautada por uma preocupante ausência e inqualificável ligeireza, tendo-se limitado as tradicionais participações ao nível da ICCAT, o que em nosso entender, já deu o que tinha a dar, e revela bem que a única preocupação do Governo Regional dos Açores, em relação à pesca do atum, tem que ver com o estabelecimento das chamadas quotas de captura para a espécie atum patudo, *thunnus obesus*, sem ter em consideração medidas fundamentais e parcerias estratégicas para a reestruturação das empresas e para a modernização da frota.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na realidade, de nada servirá ter quotas de capturas se não tivermos empresas, de nada servirá termos quotas de capturas se não tivermos embarcações, de nada servirá termos quotas de capturas se não preservarmos a nossa Zona Económica Exclusiva da entrada dos grande navios cercadores ou de outras artes consideradas devastadores e nocivas para os mamíferos marinhos.

A reestruturação da frota pesqueira Açoreana, nomeadamente no que diz respeito aos atuneiros, passa obrigatoriamente pela substituição das actuais embarcações de madeira por outras mais modernas, construídas em aço ou fibra de vidro, com menores custos de manutenção, mais leves, mais bem equipadas,

equipadas com motores mais económicos e dotadas de equipamentos que as tornem mais eficazes no exercício regular da pesca.

Para isso há, indubitavelmente, que dar um fim às embarcações velhas e obsoletas - às tais embarcações de madeira - que, ao contrário do que alguns preconizam que devem ser desmanteladas e usadas em tradicionais fornos de cozer pão, deverão ser algo de política concertada de cooperação com os chamados países ACP (Africa Caraíbas e Pacífico), nomeadamente através de acordos temporários de Empresas ou da criação de sociedades mistas, embora contra vontade do governo, já alguns armadores da Região fizeram tentativas nesta área num passado recente com empresários mais dinâmicos que se envolvem no sector na Região. Foi um passo de gigante na Internacionalização das empresas Açoreanas, dado com coragem e determinação e com a já referida falta de cooperação da parte do Governo Regional.

Desta forma os empresários da Região não só remodelam a frota aquela opera na Região como ficam proprietários, quer no caso das associações temporárias de empresas, quer no caso das sociedades mistas, de metade das embarcações que enviam para o países terceiros, recebendo dos cofres da união verbas que permitem, quer pagar os empréstimos contraídos para a construção das novas embarcações, quer sanear financeiramente os custos e as dívidas que têm com as embarcações agora desafectadas.

Também em relação a esta matéria, o Governo Regional tem demonstrado uma enorme insensibilidade ou incompreensão, pois não tem sido lesto na aprovação dos projectos dos empresários açoreanos que pretendem investir ao abrigo de regulamentos comunitários de cooperação em países ACP.

Finalmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados, Srs. Membros do Governo, presumo que no decorrer da próxima semana, na sede da Sociedade Amor da Pátria, nesta cidade da Horta, não se falará muito destas questões de grande profundidade. Indelizmente não se falará muito, mas eis que nos corredores outrora percorridos pela "maçonaria" desta Cidade, de outra coisa não se falará que não seja do recente escândalo da aquisição, por parte do Governo, através da Lotaçor, EP, de 20% do capital social da Cofaco.

Agora, tal como já havíamos desconfiado, ficamos definitivamente a saber para que se destinava a criação de uma SAPS com nome de sociedade desenvolvimento Regional, que o Governo propôs e a oposição, e bem, não aprovou. Agora ficamos definitivamente a saber que tipo de relação, mais ou menos perigosa, tem este governo com algumas empresas de alguns sectores nos Açores.

E ficam também os Empresários Açoreanos a saber que, não obstante o seu representante máximo, numa atitude vaidosa e hipotecária da imparcialidade e independência dos parceiros sociais, se predispor a intervir num forum de reflexão interna do partido do poder e não obstante este Governo passar a vida a apregoar que defende uma diminuição do Estado com um aumento da iniciativa privada, tudo isto não passa de palavras vãs e de discurso demagógico pois a prática prova o contrário.

Quando ao Partido Popular votou contra a criação da SODESA SGPS, sabia bem o que estava a fazer, sabia bem o tipo de instrumento que não queria dar ao Governo, por saber bem que a dita Sociedade de desenvolvimento Regional não passava de uma sociedade gestora de participações sociais, instrumentalizada e destinada a intervir e participar na estrutura accionista de empresas a quem o Governo queria ajudar e por saber bem que não se tratava de uma solução estrutural para o desenvolvimento da Região ou de um sector específico da economia da mesma, mas de uma solução pontual e casuística para evitar o colapso financeiro de uma certa empresa em ano de eleições.

Houve mesmo atrevido e recém "encanudado" articulista de economia que insinuou que os Senhores Deputados nada sabiam desta matéria, mas confundiu ele próprio, ou melhor, para agradar ao partido do Governo e quiçá arranjar um melhor emprego, uma Sociedade de desenvolvimento Regional com uma SAPS. Há coisas que não se aprendem nos bancos da Universidade, uma delas é o Bom Senso.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é compreensível que tendo o Governo Regional várias vezes pelo boca dos responsáveis pelo sector anunciado a intenção de privatizar a Lotaçor, EP,

venha agora utilizar esta mesma empresa para adquirir participações financeiras ou participações sociais que em nada valorizam os activos da referida empresa pública ou pelo contrário desvalorizam os mesmos, até porque, a actividade da empresa participada assenta maioritariamente numa indústria conserveira terceiro mundista em vias de extinção em quase todo o mundo moderno, onde sobrevivem apenas algumas pequenas indústrias artesanais que produzem conserveira de grande valor acrescentado destinada a pequenos nichos de mercado.

Ficam agora avisados todos os empresários em dificuldades que podem vender a Lotação participações sociais das suas empresas por forma a obterem avales do Governo para poderem prosseguir com as suas actividades e com a sua própria gestão mesmo que catastrófica porque quem compra 20% de uma empresa não muda nada além da estrutura accionista e da injeção de capital. Quem vai mandar é quem já ali mandava, quem vai gerir é quem já ali geria e pelos vistos mal, ou melhor, muito mal gerido.

Mas este negócio entre o Governo e a Cofaco não tem de escândalo só o que aqui já se disse.

Pasme-se, o presidente da Empresa Pública, tomem nota Srs. Deputados, que vai comprar 20% da Cofaco para tapar um buraco financeiro, foi ele o responsável pelas finanças da mesma até 1997, data em que deixou a referida empresa para ir para Presidente do Conselho de Gerência da Lotação.

Para quê mais palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo

Esta Região está transformada numa República Sul Africana onde já vale tudo e onde as acções do Governo quase não podem ser postas em causa. Isto é uma vergonha regional.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas alguns esclarecimentos sobre esta matéria.

Gostava de começar por dizer que o VII Governo Regional dos Açores não tem nem complexos, nem preconceitos em matéria económica.

Não achamos que é bom que tudo seja público ou testado em matéria económica, obviamente que não, mas também não nos repugna em situações pontuais e por necessidade baseadas, quer em razões económicas, quer sobretudo em razões sociais que as entidades públicas tenham pontualmente que intervir em matéria económica. Neste caso talvez fosse bom esclarecer, conforme é público e relativamente ao último comunicado resultante das deliberações do Conselho do Governo, efectivamente o Governo Regional dos Açores resolveu dar um aval de um milhão de contos à empresa pública LOTAÇOR.

Entre outras coisas foi também esclarecido que esse aval vai servir para a LOTAÇOR intervir junto da empresa Cofaco. Obviamente que isto não podia tratar-se de um subsídio a fundo perdido. Se assim fosse parece-nos que seria grave.

Trata-se de uma intervenção em que essa empresa pública LOTAÇOR, terá uma participação social na Cofaco, terá um representante no seu Conselho de Administração e terá, portanto, condições para fiscalizar a sua própria participação e o próprio funcionamento dessa empresa. Essa empresa neste momento, pelos estudos de viabilização económica existentes, aponta claramente que tem viabilidade económica. Essa empresa desempenha, como toda a gente sabe, ao nível das pescas, um papel importantíssimo na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente ao nível social. Basta pensarmos nas fábricas que existem, quer na ilha do Pico, quer em Rabo de Peixe. Basta pensarmos que, no período de baixa, esta empresa tem cerca de 400 trabalhadores e no período de alta tem cerca de 700.

Portanto, há razões económicas e ponderosas razões sociais que levaram o VII Governo Regional a tomar esta posição. Tomámo-la, repito, sem qualquer tipo de preconceitos ou complexos. Tomámo-la com a mesma filosofia com que ao nível, por exemplo, do aumento da privatização do BCA, o Governo Regional

resolveu não intervir, ficando assim com uma participação accionista mais pequena. Tomámo-la com a mesma prática ou com os mesmos objectivos com que ao nível de algumas empresas turísticas o Governo Regional abdicou e devolveu ao mercado a sua participação social nessas empresas.

Havia aqui razões ponderosas, económicas e sociais, para pontualmente intervir.

Quando deixar de ser necessário o Governo Regional, também pelas formas próprias, devolverá ao mercado a quota que agora vai deter.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência:

De facto, as razões ponderosas que o seu Governo tem para ter procedido da forma como procedeu, são apenas razões, mas não ponderosas, ponderosíssimas que eu tenho, por ser melhor conhecedor do sector do que o Sr. ou qualquer membro do seu Governo e da sua bancada, por ser melhor conhecedor do sector e da forma como o números aparecem em público para criticar a forma como o VII Governo Regional, suportado pelo Partido Socialista que, de resto, no passado criticou muitas vezes as formas de intervenção em relação a esta mesma empresa, procedeu a esta intervenção.

Sr. Secretário Regional, o Sr. e o seu Governo, de facto, não têm complexos em matéria económica, antes pelo contrário, os Srs. têm enormes complexos em matéria económica.

Os Srs. desde a campanha eleitoral de 1996, passando por todos estes 3 anos e não sei quantos meses, quase 4 anos de governação, não fizeram outra coisa senão piscar o olho à esquerda e à direita, aos Srs. empresários e fazerem promessas de que iam esvaziar o Governo e aumentar a iniciativa privada e dizem que o Plano tem cada vez mais verbas para ajudar a iniciativa privada, etc., etc., até ao ridículo, como eu disse na minha intervenção, de convidarem o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores para intervir no

fórum de reflexão interna do Partido Socialista. Isto sim, denota os grandes complexos que o Governo e o Partido Socialista têm em matéria económica.

Em relação às razões ponderosíssimas de ordem social, Sr. Secretário Regional, o Sr. não quis perceber aquilo que eu disse e talvez fosse melhor ter ficado calado, porque as grandes razões, as ponderosíssimas razões que levam o Governo Regional a tomar esta atitude, em ano da graça de 2000 à "Christo Natu", é porque, de facto, é ano de eleições e os Srs. ou cederam a chantagem da tal empresa, como o Sr. diz, economicamente viável, que tem um papel importantíssimo no sector e por ser viável com certeza que teria que arranjar outros parceiros muito mais interessantes do que a LOTAÇOR, ou então acreditam que a empresa não tem viabilidade e que iria fechar a porta e contribuiria para um revés eleitoral tremendo para o Partido Socialista.

Sr. Secretário Regional, quando se compra 20% das acções duma empresa, é quase a mesma coisa do que lhe dar um subsídio a fundo perdido, porque o tal administrador que os Srs. vão colocar no Conselho de Administração da Cofaco, Comercial e Fabril de Conservas, SA, não vai mandar absolutamente nada, quando muito - e isso dou-lhe de barato - vai ficar a saber mais do que aquilo que sabia, mas eram coisas que também todos nós sabíamos.

Em relação aos números de trabalhadores que o Sr. aí insinuou, eu recomendo - provavelmente são números que a LOTAÇOR forneceu - ao Sr. Secretário que através do Centro de Prestações Pecuniárias da Horta pode confirmar os três Centros de Prestações Pecuniárias dos Açores que vai ser a partir daí que o Sr. irá concluir o número de empregados que a Cofaco, Comercial e Fabril de Conservas, SA tem nos Açores, porque para mim só são empregados, de facto, aqueles que descontam para a Previdência, como eu faço em relação a todas as minhas remunerações.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que ficou claro, quando aqui há um mês ou dois atrás discutimos a SODESA, que era, de facto, este o principal objectivo que estava na criação da empresa.

Foi pena que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas na altura não tivesse assumido claramente, porque também foi aqui dito que se havia um problema concreto num sector concreto que se encontrava uma solução concreta e essa devia ter sido encontrada na altura, porque hoje estaríamos todos em melhor situação.

Não está aqui em causa resolver o problema da COFACO.

Todos nós, seja por ser ano de eleições, seja por não ser, temos consciência de que é preciso salvaguardar aqueles postos de trabalho, temos consciência que é um sector importante, temos consciência de que é uma indústria que tem que ser salvaguardada nesta Região, porque transforma um produto importante e uma riqueza natural importante desta Região.

Agora, o que está aqui em causa é a solução que foi encontrada e essa, por mais que os Srs. se desdobrem, levanta-nos sérias questões que eu gostaria de ver esclarecidas, mas digo-lhe já que não faltarão outras soluções para resolver este problema.

Nunca um governo no seu programa apregoou que, como já aqui foi dito, iria desintervir na economia privada, que iria dar mais espaço aos privados, através de uma empresa pública, cujo objecto social nem está previsto podendo intervir neste tipo de indústria, através dum artifício dessa natureza, intervir numa empresa privada que tem todas as condições, como o Sr. secretário acabou de dizer que é viável, para se manter privada.

Uma empresa privada, que é viável e que apenas tem problemas financeiros, tem muitas formas de se sanear financeiramente e nós todos estaríamos aqui na disposição de encontrar a melhor forma.

Intervir no capital social dessa empresa, através dum empresa pública, que foi criada para um serviço público completamente diferente daquele que é prestado por uma empresa de transformação de peixe, empresa de conservas, não é aquilo que se está há espera dum Governo que quer ter uma actuação transparente.

Esta operação ao concretizar-se levanta várias questões, levanta questões de natureza económica.

Sr. Secretário Regional, a COFACO vale 5 milhões de contos? Onde é que estão as avaliações? Quantas foram feitas e por quem? Comprar por um milhão de contos 20%, significa que a COFACO vale 5 milhões de contos. Eu quero ver provado nesta Casa que a COFACO vale 5 milhões de contos.

Questões de avales:

Não foi aprovado por esta Assembleia plafond de avales. Como é que o Governo vai atribuir um pladonf de aval à LOTAÇOR? Quero ver aqui demonstrado como é que se atribui um aval, sem plafond de avales, aprovado por esta Assembleia Legislativa Regional.

Questões políticas que já foram aqui levantadas:

Estamos em maré de privatizações ou em maré de nacionalizações? Comprar 20% duma empresa é nacionalizar e não concordamos com isso. Concordamos que se encontre um programa de saneamento financeiro, não para a COFACO, mas um programa de saneamento financeiro sectorial.

Questões deontológicas, também já foram levantadas e eu abstenho-me de falar delas. Não é correcto nomear um gestor público, e foi este Governo que o nomeou, vindo duma empresa privada, para três anos depois voltar a intervir nessa empresa privada pela mão do mesmo gestor. São questões de deontologia e de ética que também devem ser ponderadas.

Portanto, e em conclusão, que fique claro que o PSD entende que a COFACO deve ser preservada, que se deve estudar a solução para essa empresa, que se deve salvaguardar os postos de trabalho e que a solução que foi encontrada foi a pior das soluções. Foi uma solução sem imaginação, foi uma solução de quem não conhece os mecanismos que estão à disposição do mercado financeiro e do próprio Governo para resolver um problema numa empresa privada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Percebi, pela intervenção que acabei de ouvir, que o que está em causa não é a necessidade de salvaguardar a COFACO ou salvaguardar os postos de trabalho, o investimento que a Região ao longo de muitos anos fez neste sector, o que está em causa é a solução.

Segundo ouvi dizer, não faltariam outras soluções.

No que respeita a esta questão é evidente a imaginação e a capacidade de cada um, que eu não ponho em causa, e, portanto, há sempre outras soluções.

A questão é, face às situações em concreto, face ao estado a que esta empresa chegou, se era possível nesta fase, neste momento, encontrar outras soluções.

Eu posso-lhe dizer que este processo, do ponto de vista de interlocutores, foi um processo que tem vindo a desenrolar-se ao longo de muito tempo. Os interlocutores necessariamente neste processo, que é um processo de frustração financeira, são por um lado as entidades bancárias, todo o sindicato bancário envolvido nesta operação e estão aqui a maior parte dos grandes bancos.

A avaliação é uma avaliação que foi feita de forma independente por uma dessas entidades bancárias.

A procura de solução e a negociação de solução com a banca foi feita também, nesse âmbito, com a colaboração do Ministério da Economia.

Esta foi a solução que permitiu nesta fase, porque esta história tem um passado muito longo, um passado de indecisão, um passado de planos de reestruturação financeira que nunca se cumpriram, um passado de meter dinheiro em subsídios a fundos perdidos com muitos milhões de contos, um passado de indefinição de onde é que acabavam a COFACO nos Açores e onde é que começava a COFACO noutra sítio qualquer, um passado difícil e, portanto, não é possível continuar eternamente a tirar dinheiro público atrás de dinheiro público, porque evidentemente há outras soluções, que já foram encontradas no passado.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (*PP*): Já pagou?!

O Orador: Dar subsídios através de sistemas que afectam os custos operacionais, mas que não resolvem a questão principal que é a questão do

desiquilíbrio estrutural da empresa. Portanto, há múltiplas soluções e todas elas conduziram, de facto, praticamente à inviabilização da empresa no passado.

Esta foi a solução encontrada e, contrariamente ao que disse a Deputada Berta Cabral - é melhor que leia os Estatutos da LOTAÇOR - foram pedidos pareceres sobre este assunto.

De facto, a LOTAÇOR pode participar noutras sociedades. Está lá escrito nos estatutos e, portanto, desse ponto de vista é uma intervenção legal.

Sobre a questão do plafond de avales, aprovado ou não aprovado nesta Assembleia, em não acredito que o Sr. Secretário das Finanças e que o Conselho do Governo tenha aprovado um aval sem haver a aprovação dum limite de avales nesta Assembleia. Que eu me recorde, quando foi discutido o Orçamento e o Plano, foi aprovado um limite de avales. Contrariamente ao que foi feito noutras alturas não foi apresentado separadamente do texto do Orçamento. Portanto, também desse ponto de vista penso que as dúvidas não existem.

O resto, Sra. Deputada Berta Cabral, é, como eu costumo dizer, há sempre uma melhor solução para além do horizonte, como também lhe posso dizer que há sempre uma solução de falência, como eu lhe posso dizer que há sempre uma possível compra dessa empresa por outros em asta pública, ao desbarato e o desperdício de muitos milhões de contos de sucessivos governos regionais que foram investindo nesta e noutras empresas. Portanto, é uma avaliação de riscos.

Eu posso-lhe dizer que, de facto, gostaria de não haver necessidade desta intervenção. Isso significaria que neste caso haveria capacidade de, dentro do sistema normal de funcionamento bancário, encontrar soluções sem esta posição forte do Governo Regional dos Açores, através da LOTAÇOR.

Infelizmente, posso-lhe dizer, com conhecimento de causa, porque perdi muita horas, muito meses a tentar perceber o que é que me explicavam do lado das instituições bancárias, que isso não estava em aberto e não estava em aberto sobretudo por uma razão: por tudo o que foi feito no passado, por todo o passado, por todas as soluções bloqueadas, por sucessivos planos de frustração que não foram levados em conta.

José Maria Bairos (PSD): É sempre o passado!

O Orador: Nós arcamos com as responsabilidades desta solução, como também arcamos com a responsabilidade de salvar um património e de salvar milhares de empregos em comunidades. Os Srs. podem-nos acusar de tudo, de que nós temos a pior solução, mas vamos enfrentá-la com a coragem e com a frontalidade.

Mais:

O que eu não admito aqui é que se diga que nós andámos a esconder, porque se quiséssemos esconder tínhamos dado um subsídio por baixo da mesa, o que não fizemos.

Deputado João Cunha (PSD): Isso era a solução anterior!

O Orador: O que fizemos foi assumir publicamente o custo desta solução, aprovando em Conselho do Governo, através duma resolução. Há a frontalidade de o fazer.

Os Srs. têm toda a legitimidade de nos criticar, ...

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): É mentira. O Sr. não percebe nada disso!

O Orador: ...mas esta é a solução, face a toda uma história, face a uma situação concreta, que foi necessária e que vai custar a esta Região, mas que é necessária para salvar um património empresarial, para salvar muitos postos de trabalho. Foi isso que tivemos a coragem de fazer e vamos defendê-lo de cara lavada.

Também não admito aqui que se insinue, como a Sra. fez,...

Deputada Berta Cabral (PSD): Eu não insinuei nada!

O Orador: ... que um gestor que passou duma empresa privada, fê-lo deliberadamente e com intenções próprias. Esses inuendos nós não admitimos, porque as pessoas têm direito à sua honra e esta decisão não é uma decisão desse gestor, essa decisão é uma decisão do Conselho do Governo e as orientações são dadas pelo Conselho do Governo a esse gestor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Maria Bairos (PSD): Quem o ouviu falar na última legislatura e o ouve falar agora, que diferença!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seria impensável da minha parte não me levantar nesta ocasião em que se fala numa empresa vital para a ilha que eu aqui represento e para a Região Autónoma dos Açores.

Como nota preambular gostaria de dizer que nesta Casa, sobre qualquer assunto de forma ou conteúdo, não sei mais do que qualquer dos Srs. Deputados.

Deputado Fernando Menezes (PS): *Muito bem!*

O Orador: Aqui não entra arrogância, entra sinceridade. Não sei mais, sinceramente, nem na forma, nem nos conhecimentos, nem nos conteúdos. É uma nota preambular.

O que eu conheço, e tenho que dizê-lo aqui, é uma empresa que nasceu na lógica mais eficaz que eu conheci das empresas regionais. Nasceu quase do nada e nasceu naquele sítio, porque uma pessoa da minha terra, da minha freguesia natal e da freguesia do Deputado Manuel Azevedo, disse não a uma iniciativa que se tivesse ido em frente teria transformado, talvez, o Pico numa perspectiva diferente.

Ela foi bater à Areia Larga no Pico. Pequenininha e foi crescendo devagarinho, consistentemente, sempre com consistência. Cresceu e teve o apoio de toda a gente e o apoio dos sucessivos governos. Eu posso falar nisso com o maior à vontade, porque sempre, durante estes anos todos, na Assembleia Regional apoiei a política que então foi traçada para o sector, e tenho aqui testemunhas desse facto, porque não havia outra hipótese.

Quando essa empresa fez 25 anos em 1986, há muito anos, eu, Deputado na Assembleia Regional, fiz um voto por essa empresa que do qual gostaria de ler algumas passagens:

"A COFACO é uma empresa privada visando lucros imediatos e a prazo, mas para além do mérito no acerto dos investimentos, coube-lhe, dadas as suas

características específicas, um papel importante no desenvolvimento sócio-económico do Pico, nomeadamente a sua fronteira.

Fixação das pessoas, evitando êxodos maciços, modificações em estruturas fundamentais, marcadas por um acanhamento asfíxiante, não sei se propositamente, ajudas nunca regateadas a organismos sociais e culturais, abertura de novos postos de trabalho e conseqüente aumento da estabilidade económica, um melhor nível de vida para os trabalhadores da terra e do mar."

Em 1986 fiz um voto nesta Assembleia pela COFACO.

Há Srs. Deputados que não querem que se fale do passado, mas o passado vai ser falado muitas vezes, porque há coisas que marcam e nunca mais esquecem.

Quando alguém iluminado numa loucura, que não tenho dicifração possível, inventou um cabo eléctrico para "amamentar" o Pico, vindo do Faial, que custou 24 mil contos e o diabo levou e ficámos sem luz, a COFACO deu luz à terra onde estava instalada. Desse facto mais ninguém se poderá esquecer.

Deputado Mark Marques (PSD): Essa é a parte do coração. É a parte do coração!

O Orador: Esta empresa em 86 fez 25 anos e de lá até hoje teve uma influência predominante na ilha do Pico, não só nos aspectos que eu aqui li, mas também sob o ponto de vista social, porque elevou o nível social da terra; sob o ponto de vista cultural, porque apoiou todas as estruturas culturais da ilha. Não houve festa naquela ilha que não tivesse o apoio da COFACO. Toda a gente teve esse apoio.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O que é que isso tem a ver com o aval. Isso é história!

O Orador: Mais:

Quando foi necessário ocupar a nossa Zona Económica Exclusiva e o Governo de então enveredou pela construção de traineiras, a chamada "Frota Azul", a COFACO também construiu as suas traineiras já em moldes diferentes. Se hoje é possível ter no Pico um porto que acolhe traineiras e onde o peixe é descarregado normalmente, isso deve-se também a essa empresa e se hoje o

Pico tem uma rampa de varagem que permite que as traineiras fiquem lá, deve-se também a essa empresa.

Não foi há muito tempo, Srs. Deputados, que se pescava atum nesta Região e depois da safra os marinheiros vinham todos para o Faial tratar e pintar as suas traineiras, longe da família na safra, longe da família na reparação da traineiras...

Deputado Almeida e Sousa (PP): Isso é bairrismo e é sectário. Então os de S. Miguel que vão para a Madeira, Aveiro e Astúrias?!

O Orador: ...e, portanto, foi a ela que se deveu também toda esta modificação económica e social da terra.

É certo que a COFACO posteriormente, mas já em tempos recentes, passou - e agora a passagem é consequência desse momento - por dificuldades financeiras. Não há dúvida. Se calhar até é possível que tenha havido má gestão nalgum tempo que eu aqui aflorei, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é impossível não olhar para a COFACO como uma empresa que neste momento é fundamental para a reintegração das pessoas no mundo do trabalho em plena dignidade e para nós modificarmos aquilo que foi sempre uma luta que nunca conseguimos, ou seja, equipararmos pescadores da nossa Região, quando num lado eles tinham determinada qualidade e determinada dignidade, noutros lados ainda estavam em circunstâncias difíceis, matizados e marcados por ambientes de álcool, etc., etc..

Portanto, nós nunca conseguimos nesta Região elevar o nível social e cultural de pescadores em zonas desfavorecidas e zonas onde, de facto, grassava a miséria e outras coisas e, neste momento, é importante para a integração e para a salvaguarda da dignidade das pessoas.

Eu não me quero cingir àquilo que já foi aqui respondido sob o ponto de vista financeiro e do arranjo que se fez para resolver o problema, porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a vida não é uma álgebra, a vida são pessoas e as pessoas querem viver com dignidade e aqui tomou-se uma medida para salvar as pessoas.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto dá pano para mangas.

Em relação aos gestores, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, o Sr. não deve ter percebido o que a Sra. Deputada Berta Cabral disse e como não estava presente na sala quando eu fiz a minha intervenção, fiz uma alusão a essa referência, e tentou esclarecer uma coisa que não era necessário esclarecer, mas que, pelos visto, vos incomoda, porque ninguém disse que tinha sido esse gestor que tinha tomado essa iniciativa.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): A Sra. Deputada insinuou!

O Orador: É mentira, foi o Sr. que disse.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Eu não disse!

O Orador: Felizmente eu tenho boa memória. A única coisa que em política me dá alguma defesa é a minha memória. Eu não tenho amores e não faço contas só com álgebra. O Sr. Deputado Manuel Serpa é que quando lhe dá jeito são contas, quando não lhe dá jeito são os amores, mas a gente só tem alguns. É só a COFACO, os outros são para esquecer.

O que aqui foi dito, Sr. Secretário, e que é no mínimo escandaloso, é que o Governo Regional dos Açores utiliza uma empresa pública da qual é Presidente do Conselho de Gerência o mesmo indivíduo que foi responsável, num passado bem recente, pelo buraco financeiro na outra empresa que vai ser participada. Isto não tem nada a ver com o envolvimento deste gestor na concessão deste subsídio, mas tem a ver com uma coisa muito mais grave que é pelo facto desse gestor ser o responsável pelo buraco financeiro do passado, vai ser responsável

pelo buraco financeiro do futuro, porque não tenho dúvidas que o buraco financeiro vai continuar e eu já lhe vou explicar.

Esta forma de subsidiação que o Sr. inventou agora, que é uma forma de subsidiação - e eu já disse aqui, mas o Sr. não estava - quem compra 20% duma empresa não faz mais do que injectar lá dinheiro. Não vai mandar absolutamente nada lá.

Os Srs. arrogam-SE de ter resolvido um assunto de grande capacidade estrutural, quando obrigaram a administração do grupo COFACO a dividir a COFACO Açores pelo resto das COFACO's.

Eu não tenho tempo aqui no Plenário, mas ontem eu expliquei...

Deputado Fernando Menezes (PS): Nós já percebemos que o Sr. sabe disso tudo!

O Orador: ... ao Sr. Presidente do PCP/Açores, José Decq Mota, porque é que não é verdade que a divisão entre a COFACO Açores e as outras COFACO's vai permitir algum controle sobre a COFACO Açores. Se o Sr. quiser expliche, com muito gosto no corredor, a si, ao Sr. Director Regional, ao Sr. Presidente do Conselho de Gerência da LOTAÇOR e a mais pessoas que queiram, porque é que não é assim. Se os Srs. quiserem que eu explique aqui eu também perCo tempo para esclarecer isso.

Sr. Secretário Regional, em relação à salvaguarda dos postos de trabalho é a tal medida eleiçoeira que eu na minha intervenção falei. O Sr. sabe, ou pelo menos devia saber, que o sector das pescas e o sector conserveiro, lutam com um problema que mais nenhum sector luta nos Açores que é a falta de mão-de-obra e o Sr. quer salvaguardar postos de trabalho num sector onde há falta de mão-de-obra. Pasmese!

Mais, Sr. Secretário:

O Sr. foi talvez chantageado, foi talvez mal informado, porque não acredito que tenham feito chantagem, quando lhe disseram que se a indústria fechasse nunca mais se transformava o peixe, nunca mais se pescava nada e aquela gente ia toda para o desemprego. Isso é a maior demagogia que alguém pode fazer para um governo lhe emprestar dinheiro ou para um governo entrar como accionista

e injectar capital, porque o Sr. sabe como ninguém - e se não sabe devia saber - que no dia em que aquela empresa fechar, 40 ou 50 estão a abrir para ocupar aquele espaço. Enquanto aquela estiver aberta mais ninguém quer ocupar aquele espaço.

Foi por isso que eu disse que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila não devia estar a bater muito as palmas, porque ainda há pouco tempo no Conselho do qual ele vem, S. Roque do Pico, onde ele reside e é membro da Câmara, a empresa Tunapesca fechou por sofrer a concorrência desleal dos actos de má gestão da Cofaco Comercial e Fabril de Conservas, S.A., mas há mais: A Tunatlântico, a Tercon na Terceira, as pequenas indústrias conserveiras Marie Elizabeth e Marie D'Anjou e outras que andam por aí e que têm ainda algum capital, nomeadamente a B.J. Borges que o próprio grupo COFACO quase praticamente ia extinguindo e aquelas duas pequeninas, uma em S. Miguel e outra em S. Jorge que têm um mercado muito específico, que têm a sua produção praticamente toda vendida, mas que têm um problema complicado que é falta de matéria prima de qualidade, porque sofre a concorrência na compra dessa matéria prima da tal empresa que por actos de má gestão paga pela "porta do cavalo", faz manobras de ajuda aos armadores que vendem para ela, etc.. etc..

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui da parte do Sr. Secretário Regional uma insinuação de que no passado a Cofaco Comercial e Fabril de Conservas, S.A. - e esqueci-me de escrever isso na minha intervenção e devia ter escrito - contraía dívidas por compra do pescado ou por taxas de lota à LOTAÇOR, E.P., que depois não pagava.

Eu gostava que o Sr. Secretário me dissesse neste preciso momento se a Cofaco Comercial e Fabril de Conservas, S.A. tem saldadas as suas dívidas para com a LOTAÇOR E.P., nomeadamente, no que diz respeito às taxas de lota que na Segunda-Feira eram no montante de 240 mil contos. Portanto, Sra. Deputada Berta Cabral, essa ajuda não é de 1 milhão de contos, mas sim de 1 milhão 240 mil contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Berta Cabral:

Foi aprovado nesta Assembleia o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 96. Nesse orçamento, no artigo 6º dizia-se:

"Avaes e outras garantias

É fixado em um milhão de contos o limite para a concessão de avales e outras garantias da Região Autónoma dos Açores".

Fico preocupado que a Sra. Deputada não saiba o que se vota nesta Assembleia.

Já agora, no artigo 5º diz assim:

"Garantias de empréstimos

Fica o Governo Regional autorizado a garantir nas condições correntes nos respectivos mercados operações financeiras internas e externas referidas para execução de empreendimentos de reconhecido interesse económico e social para a Região."

Portanto, aqueles diplomas que costumavam vir aqui ao Plenário e que vinham isolar a garantia de autorização de empréstimos, os avales foram votados juntamente com o Orçamento da Região Autónoma dos Açores. Portanto, não percebo porque é que está aí com os apartes, quando há pouco disse que o aval dado pelo Governo Regional que trazia aí umas questões enormes, porque os avales não tinham sido aprovados aqui, quando afinal foram aprovados. Afinal a Sra. Deputada ou o PSD também não sabem o que é que é votado nesta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Augusto Elavai:

Eu vou começar pelo fim.

Eu sei muito bem o que é que é aprovado e, aliás, digo-lhe que já há três anos que isto não é aprovado de forma autónoma, é integrado no Orçamento.

A verdade acabou de ser dita há 2 minutos atrás pelo Sr. Deputado...

Deputado Augusto Elavai (PS): Não disfarce! Acabou de fazer demagogia!

O Orador: ... e não é um milhão de contos, mas sim um milhão e duzentos mil contos e aí nós já vamos perceber qual é o enquadramento. A verdade acabou de ser dita há 2 minutos atrás, mas vamos ao que importa:

Quando o orçamento foi aprovado, quando o plafond de avales que aqui está foi aprovado, alguém nesta Casa falou em COFACO? Alguém falou em LOTAÇOR? Alguém se recorda?

Quando aqui nesta Casa se discutiu o SODESA, alguém falou em COFACO? Alguém falou em LOTAÇOR?

Eu em Comissão fiz uma pergunta directa e objectiva ao Sr. Secretário Regional e perguntei: "Esta empresa é para resolver o problema da COFACO?" O Sr. Secretário Regional disse: "Não, não é". O Sr. Secretário disse-me isso de tal maneira que em plenário, quando discutimos o SODESA, nem tive coragem de fazer segunda vez a pergunta, porque eu não queria que ele incorresse em alguma incoerência neste plenário, mas eu sabia, como todos sabiam que o SODESA era para resolver o problema da COFACO.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*): Não era!

A Oradora: O Sr. Secretário não me diga que não, porque eu lá fora digo-lhe como é que eu sei e como é que o Sr. também sabe e esta conversa já tem barbas.

A partir daí, a questão que se põe é a questão de transparência, porque quando se aprovou avales não se falou de COFACO.

Quando se discutiu o SODESA, e não se aprovou porque nós não permitimos, não se falou da COFACO porquê? Porque o processo não é transparente. Se o processo fosse transparente, se o processo fosse cómodo tinha vindo para cima da mesa à primeira.

Não há razão para encobrir quando se discute o Orçamento, não há razão para encobrir, quando se discute o SODESA, que se pretende resolver o problema da COFACO desta forma.

Queremos que fique claro - e aqui é para o Sr. Deputado Manuel Serpa - que não está em causa o Cofaco. Nós dissemos aqui, aliás a RTP transmite-o quase todos os dias, e estivemos sempre aqui na disposição de encontrar uma solução

concreta para um problema concreto e estaríamos na mesma hoje com essa disposição, agora a questão que se põe é a forma encontrada, porque uma empresa de transformação de pescado, uma empresa pública que tem subjacente ao seu objecto um serviço público, porque as empresas públicas só fazem sentido quando têm por detrás a prestação dum serviço público. Qual é o sentido que faz uma empresa pública, de serviço público, intervir num sector privado onde há outras empresas também privadas a operar?

Encontrava-se uma solução sectorial, encontrava-se uma solução que servisse a todos. Isto é que é transparência, isto é que é livre concorrência.

Isto não pode ser. Nós vivemos numa sociedade de direito.

Não estou a dizer que possa ser ilegal, agora é eticamente reprovável, é política e economicamente reprovável.

O Sr. ainda não me explicou se a COFACO vale 5 milhões de contos.

Esta pergunta está no ar e alguém vai ter que responder a ela com documentos, com provas, com avaliações independentes e não com avaliações de bancos financiadores interessados no saneamento da empresa, mas com entidades independentes, porque se isso não for resolvido, nem que seja o Ministério Público vai verificar.

Não podemos aqui estar a autorizar a participação de um milhão de contos dizendo que se compra 20% dum empresa quando, se calhar, ela não vale muito mais do que isso.

Portanto, esta é que é a questão principal, e é pena que o Sr. Deputado Augusto Elavai já tenha saído da sala, porque era esta resposta que eu gostava que me desse, como economista que é e porta-voz económico do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Eu gostava que ele me respondesse se tem a avaliação independente da COFACO que lhe permite concluir que ela vale 5 milhões de contos.

Portanto, esta questão está no ar, esta questão é para mim a mais importante.

A questão do gestor, eu não insinuei, é um facto. O gestor principal da LOTAÇOR foi um dos principais gestores da COFACO antes de tomar posse

na LOTAÇOR. Isto não é insinuação, é um facto. Cada um tira as leituras que entender.

Portanto, Sr. Secretário Regional, este processo está longe de ser transparente, nem a maioria do Governo está de acordo com este processo.

É tão pouco transparente, como eu já aqui provei, que fugiu sempre à discussão. Fugiu à discussão nas Comissões, fugiu à discussão nos plenários e nunca foi tratado com clareza, com transparência, com objectividade, por um problema que todos queríamos resolver e que todos podíamos ter contribuído para uma boa solução. É disso que eu tenho pena, é isso que me custa que neste momento se esteja aqui a discutir, mas tenho que lhe dizer que não se confunda o interesse e que os meios para chegar a esse fim não são os mais correctos, não são os mais transparentes.

Estamos aqui perante um processo que se há ligações perigosas, estas nem têm adjectivo.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria por dizer quão diferente é hoje o discurso do Sr. Secretário Fernando Lopes daquele que era aqui sentado há 3 ou 4 anos atrás.

Tenho que fazer, por outro lado, justiça ao Sr. Deputado Manuel Serpa.

De facto o que o Sr. Deputado aqui referiu, ao longo de vários anos, defendeu como as políticas boas para as pescas que eram implementadas e também é verdade que sempre defendeu o interesse da COFACO para a ilha do Pico e, duma forma geral, para a Região.

É justamente, Sr. Deputado Manuel Serpa, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas e Sr. Secretário Regional Adjunto, que há pouco me estava a dizer que nós não estávamos de acordo em viabilizar a COFACO, por algumas dessas

razões, entre muitas que o Sr. Deputado Manuel Serpa referiu, que, de facto, o Governo durante anos apoiou a COFACO.

Não está aqui em causa o apoio à COFACO, a importância que a COFACO tem na vida económica desta Região e por isso mesmo, por altura da discussão do Programa do VI Governo Regional, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Dr. Adolfo Lima, quando aqui defendia o Programa do Governo e levantava preocupações sobre o sector conserveiro, levantava questões das preocupações que tinha, era criticado pelo então Deputado Carlos César que lhe dizia que achava que ele tinha demasiado calor com o sector conserveiro, que lhe fazia uma série de outras críticas pelo apoio que estava dando à COFACO e terminei perguntando ao Sr. Dr. Adolfo Lima, Secretário da Agricultura e Pescas, se por acaso ele era accionista da COFACO.

Eu atrever-me-ia hoje a perguntar se o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas é accionista da COFACO ou se o Sr. Carlos César, hoje Presidente do Governo, é accionista da Cofaco.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muioo bem!*

O Orador: O processo que o Governo aqui traz, passados 3 anos e meio da tomada de posse, de saberem que a COFACO era uma empresa vital para esta Região, levaram 3 anos e meio sem, com transparência como já aqui foi dito, terem colocado o problema da forma como devia ter sido colocado. Esta é que é a verdadeira razão da nossa crítica.

O que andaram os Srs. durante 3 anos e meio a fazer da COFACO? A criar-lhe problemas. Eu recordo-me bem, na primeira semana das pescas da responsabilidade deste Governo, as grandes dificuldades que criaram à COFACO. Olhe, nem queriam falar com eles e recordo-me de alguns responsáveis se virem lamentar que estavam a ser marginalizados por este Governo. Aliás, esta é a postura que este Governo tomou não só relativamente a este grupo económico, mas relativamente a outros empresários de outras empresas desta Região, que são fundamentais, mas que depois mudam de opinião e temos exemplos. Não é só a COFACO, temos mais exemplos e eles hão-de aparecer e, aliás, já são conhecidos.

Portanto, eu queria com isto reafirmar a posição clara do Grupo Parlamentar do PSD que não está contra a viabilização da COFACO. Sempre entendeu que a COFACO era fundamental e era uma empresa importante para a economia desta Região. Foi importante numa altura em que, como o Sr. Deputado Manuel Serpa aqui disse e muito bem, e tenho que lhe fazer justiça sobre esta matéria, acompanhou o desenvolvimento das pescas e a reconversão da frota das pescas que foi feita desde 1980.

Já o mesmo não poderei dizer do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas. De facto a Cofaco teve também um papel importante na reconversão da frota.

Como o Sr. disse e muito bem, houve também a frota azul, que muitos criticam, mas que se não tivesse havido essa reconversão, se não tivesse havido a construção de novas embarcações, Srs. Deputados, nós não estávamos hoje aqui a discutir o problema da COFACO.

A nossa ZEE estava ocupada por outros barcos estrangeiros e um dos principais objectivos da Frota Azul foi para ocupar a nossa Zona Económica Exclusiva e para que, aquando das negociações da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, nós tivéssemos projectos e tivéssemos percurso histórico e pudéssemos dizer: nós não temos neste momento, mas temos aqui um programa que estamos a efectuar e a levar com sucesso.

Foi por isso que houve Frota Azul, foi por isso que houve embarcações de madeira, porque nenhum empresário, nem COFACO nem outro qualquer arriscava a dar o salto que foi dado, em termos das construções das novas embarcações. Nenhum empresário quiz arriscar a isso e foi preciso efectivamente que fosse dado esse passo importante para o desenvolvimento das pescas.

Queria terminar confirmando aqui, e não era preciso, o que a minha colega Barta Cabral disse na Comissão de Economia em Setembro ou Outubro do ano passado:

Houve uma intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata em que disse claramente na Comissão que o SODESA era para viabilizar a COFACO e a Deputada Berta Cabral perguntou-lhe se era ou não verdade e o Sr. Secretário, com a sua

arrogância de costume, disse o seguinte: "É responsável por essas afirmações quem as fez". Foi a única resposta que deu.

Quando aqui foi discutida o SODESA ninguém falou na COFACO e, portanto, resolver o problema desta maneira é, de facto, pouca transparência. O que nós criticamos é claramente essa situação. É isto que é condenável por parte do Governo e não está em causa a importância que a COFACO tem na economia da nossa Região.

Por isso mesmo, repito, nós durante muitos anos apoiámos a COFACO por sabermos que ela era fundamental, mas também todo o sector conserveiro.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vamos às questões fundamentais que aqui foram colocadas:

Penso que já demos alguns passos importantes e o primeiro foi, de facto, esclarecer que no diploma que regulamenta a aprovação do orçamento, foi aprovado simultaneamente um "plafond" de avales, ou seja deste ponto de vista estamos esclarecidos.

Também já percebi, por todas as intervenções que foram aqui proferidas, que ninguém põe em causa a salvaguarda dos postos de trabalho da COFACO.

A questão que põem aqui em causa é que, numa primeira fase, não faltariam outras soluções e a essa questão eu já respondi, mas que não havia transparência, inclusive aqui, com base numa citação da Sra. Deputada Berta Cabral, e isto é novamente inuendo, "se há ligações perigosas, essas não têm adjectivo!". Isto é inuendo, Sra. Deputada! Se quer dizer alguma coisa, diga-o com frontalidade. Por isso é que eu admiro muito mais o seu colega de bancada, que perguntou citando: "Este Secretário Regional é ou não accionista da COFACO? O Presidente do Governo Regional é ou não accionista da COFACO?"

Não é Sr. Deputado! Não é, nem cobra percentagem! Isso posso afirmar aqui em meu nome e também do Presidente do Governo Regional, de cara lavada. Depois apontaram - como quem nos diz de arrogantes, como quem nos aponta o dedo como a medo - vem aí o Ministério Público. Pois que venha Sra. Deputada! Até já está noutros sítios. Já está no IIPA a investigar. Pois que venha para investigar também este caso. Não temos receio! Se há outros que o têm, nós não temos.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Por isso é que eu digo mais uma vez: podem levantar todas as questões técnicas; podem dizer que há outras soluções, agora o que não podem é insinuar que beneficiamos.

Insinuaram também que haviam divergências dentro do Governo, que uns Secretários estavam a favor, outros contra. O que é um facto é que isto foi aprovado em Conselho de Governo e aprovado por unanimidade. Portanto não há aqui diferenças, escusam de estar mais uma vez com o inuendo.

Estas questões que não são sérias estão respondidas desta forma e eu irei continuar a respondê-las. As outras, as sérias, eu dou as explicações que forem necessárias, nomeadamente, se há avaliação ou não, se a avaliação é feita por entidade independente e a esta questão eu repondo afirmativamente, a avaliação foi feita por entidade independente, e não pelo sindicato bancário.

Essas respostas são sérias e esta Câmara, tem direito a elas, porque este Governo não tem receio e tem todo o interesse que este processo seja o mais claro e mais transparente possível. Desse ponto de vista não temos nada a esconder.

Eu também queria dizer aqui que eu não faço a avaliação das pessoas, mas atacou-se aqui uma pessoa em causa e eu tenho de a defender porque ela não está presente, se estivesse defenderia-se a si própria, que é o gestor da Lotação.

Os resultados da gestão da Lotaçor, estão bem visíveis hoje e são reconhecidos em relatórios da própria Banca de Actividades Independentes. É uma empresa que passou da falência técnica para uma solução equilibrada.

Insinuou-se aqui se de facto haviam dívidas da COFACO à Lotaçor. Haviam sim Sr, dívidas do passado, porque não se pagavam essas dívidas.

A minha orientação de Secretário para a direcção da Lotaçor, foi de que a partir do momento em que há uma nova gestão e uma tutela diferente, todos os serviços prestados fossem cobrados e que simultaneamente se começasse do processo de recuperação das dívidas do passado, que esse processo de recuperação de dívidas do passado fosse feito em relação a todas as empresas, a todos os agentes económicos, no sentido de minimizar a situação que existia na LOTAÇOR, que era de falência técnica e por outro lado, diminuir o risco para a Região. Posso dizer que isso se passou. Se tivemos sucesso até ao momento, se conseguimos recuperar a totalidade das dívidas dessa e de outras empresas e doutros empresários eu digo-lhe que até agora não tivemos sucesso em recuperá-las na totalidade, mas foi essa a orientação que foi dada, no sentido de se envidarem esforços de elas virem a ser recuperadas.

Portanto, quando aqui se insinua que não é um milhão, que é um milhão e não sei quantos, insinuando-se que se está a conceder mais créditos, isso é mentira, porque não é isso que se está a passar.

Esses são os factos e contra factos, neste caso aqui, é preciso apresentá-los com clareza.

Penso que do ponto de vista das questões, que aqui foram colocadas não tenho mais nada a dizer. Se houver necessidade de informação suplementar, estamos disponíveis para a prestar dentro dos mecanismos normais, de funcionamento desta Assembleia, porque felizmente não temos nada nem queremos esconder nada neste caso. Felizmente não somos accionistas nem cobramos percentagens.

Deputado José Maria Bairos (PSD):Basta um requerimento e a resposta aparece!

(Aplausos das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Vejo que fica visivelmente incomodado com este processo. A sua forma de reagir é obviamente a forma de reagir de uma pessoa que não está à vontade neste dossier.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ora, essa, o homem está mais do que à vontade!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): São os balões que estouram sempre do lado de vocês!

O Orador: O que eu lhe requeiro imediatamente - e não tem razão para não o apresentar ainda hoje, porque a sua Secretaria fica aqui a dois passos - é que entregue nesta Assembleia o processo de avaliação da COFACO, com indicação, obviamente, da entidade e da data em que foi feito e quero que me diga já - a resposta é simples - se a COFACO vale cinco milhões de contos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu apenas vou dar dois esclarecimentos que me parecem que têm de ser dados, quer em relação ao acréscimo de créditos por parte das instituições públicas, à referida empresa COFACO, S.A, quer em relação a uma questão que foi aqui levantada pelo Sr. Deputado Manuel Serpa, que tem a ver com o estaleiro de reparação naval, da Madalena do Pico, que é outro dos créditos concedidos por via travessa à COFACO, S.A.

(Apartes inaudíveis do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente).

O Orador: Em relação ao processo de avaliação da COFACO para a intervenção da Lotaçor, eu penso que ela foi de facto efectuado por entidade

autónoma, mas por uma entidade autónoma que há cerca de oito anos a este parte, vem sendo a entidade autónoma que trabalha para aquele grupo, para dar essa mesma avaliação ao sindicato bancário que há cerca de seis anos entrevi no grupo. Portanto, é tão autónoma quanto isso, ou seja é a mesma entidade que anda a avaliar a empresa há cerca de oito anos. Mas eu não ponho em causa a idoneidade das maiores empresas de auditoria, de consultadoria que por este mundo fora existe, o que tenho são dúvidas se eu como empresário alguma vez recorreria aos serviços dessas empresas, para ter a certeza de que é que vale a minha ou outra empresa qualquer que tivesse interessado em comprar.

O processo de recuperação das dívidas do passado existentes por algumas empresas intervenientes no sector, à LOTAÇOR, E.P, quer por compra directa de pescado em lota, quer por falta de pagamento das taxas de lota, é de facto um processo interessante. Recuperaram-se os créditos sobre os bons pagadores e sobre aqueles que só deixaram de pagar porque haviam uns que nunca pagavam, mas aqueles que nunca pagaram continuaram a não pagar.

Mais, o Sr. está mal informado, o Sr. deveria estar mais bem informado pelos seus colaboradores.

Há inclusivamente grandes devedores que transferiram a sua actividade para outras pequenas empresas, em nome dos filhos, das mulheres e de outras coisas e que neste momento já têm dívidas acumuladas à LOTAÇOR.

Sr. Secretário Regional eu acredito e sei que há casos de sucesso, mas este caso específico, até Segunda-feira passada, até há hora que eu saltei para o avião para vir para o Faial, não estava resolvido. São 240 mil contos, não sei se entretanto venceram facturas de segunda-feira para cá e ela aumentou. Diminuir tenho dúvidas que ela tenha diminuído.

Em relação Sr. Secretário - eu ouvi isso foi da sua boca, não vou dizer onde - aos resultados financeiros da LOTAÇOR, E.P., nós dois sabemos como é que eles foram conseguidos.

Em Março do ano passado, estava o futuro dono daquela empresa, muito bem empenhado, a cantar aos sete ventos, nos corredores do Hotel Horta, que a empresa tinha tido resultados belíssimos, e o Sr. Secretário, por cautela, disse:

"Ó Fernando, tu sabes que não é bem assim!", porque o Sr. sabe bem como é que aqueles resultados foram conseguidos.

Eu não vou explicar mais nada, porque eu ouvi e estava presente e penso que o Sr. Deputado Eugénio Leal também estava tal como outras pessoas.

O Sr. Secretário — honra lhe seja feita! — foi bastante cauteloso na altura e ainda disse: "Ó Fernando tem calma, porque isso não é bem assim!". Eu ouvi e o Sr. Deputado Eugénio Leal também ouviu, porque estava lá.

Deputado Fernando Menezes (PS): O Sr. Deputado vem agora para aqui trazer conversas de corredores?! Tenha juízo!

O Orador: O Sr. Deputado não percebe nada disto.

Eu não estou trazendo para aqui conversas de corredor.

Eu estou é tentando lembrar o Sr. Secretário por que razão as contas e os resultados financeiros da LOTAÇOR agora apresentados, são melhores do que eram antes.

Sr. Deputado, Fernando Menezes, esteja descansado. O senhor está muito nervoso.

Deputado Fernando Menezes (PS): Não diga tolices!

O Orador: Eu não estou dizendo tolices, o senhor é que as está dizendo.

Sr. Secretário Regional, em relação à subsidiação indirecta, e que tem a ver com esses tais 240 mil contos e com mais, o Sr. Deputado Manuel Serpa disse aqui que foi graças à COFACO e que a ela se deve o facto de se ter conseguido um estaleiro na Ilha do Pico, um estaleiro na Madalena.

Que eu saiba, o estaleiro da Madalena é uma obra estrutural, importante para o sector das pescas nos Açores. Não tem a ver com a COFACO e não foi feito para ela.

Bem sei que, em tempos, o Partido Socialista achava que todas as obras que o PSD fazia no sector das pescas, se destinavam à COFACO. Não sei se agora continua a pensar no mesmo, mas não é.

Digo-lhe mais, o estaleiro da Madalena, foi "oferecido" à COFACO, para exploração, por uma renda irrisória e é o estaleiro mais caro do país, senão da Península Ibérica.

A COFACO cobra, por varagem, no estaleiro da Madalena, preços dez vezes mais do que se cobram em outros estaleiros, situados em outros países da União Europeia, com muita mais qualidade e com mão-de-obra muito mais especializada, como por exemplo a vizinha Espanha e isto para evitar que alguns armadores independentes de algumas ilhas, que não do Pico ou do Faial, venham àquela ilha fazer as suas reparações, obrigando-os a ir para a Zona Franca do Caniçal, para a Madeira, para Aveiro e até mesmo para as Astúrias, porque é mais barato do que vir ao Pico.

Porquê?

Para dar espaço a navios que são construídos em aço e em fibra de vidro, precisamente para não serem varados e pintados todos os anos, com despesas de manutenção muito inferiores, mas que são varados pomposamente no estaleiro da Madalena porque é mais cómodo eles estarem ali arrumadinhos do que estarem na bóia.

O que devia acontecer, Sr. Secretário, era esses navios de fibra de vidro e de aço estarem na bóia para permitir que outros fossem varados para fazerem as suas reparações.

Neste momento, felizmente os armadores da Ilha de São Miguel, que é a ilha onde eu vivo e que conheço melhor a realidade, já não têm que ir para Aveiro, nem para as Astúrias, mas têm que ir sempre para a Praia da Vitória, onde não existe mão-de-obra minimamente especializada para tratar daquilo.

Portanto, não vêm do Pico na lancha da manhã ao Faial, fazer pequenas reparações para depois irem na lancha da tarde para o Pico, mas têm que ir com a família e os mestres às costas para a Praia da Vitória, durante semanas a fio, para fazerem as suas pinturas e reparações para poderem trabalhar.

Como o Sr. sabe, são os armadores que mais investem os seus capitais! Isto tem que ser dito!

Para que o Sr. Deputado Manuel Serpa saiba para que é que serve o estaleiro da Madalena, ele só serve para grandes comodismos e para algumas vaidades de alguns armadores.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Sra. Deputada Berta Cabral usa e abusa de uma técnica intimidatória ou pretensamente intimidatória.

Diga agora: "Aí vem o Ministério Público!", "aí vem não sei quantos!".

Depois, logo a seguir diz: "porque vocês são arrogantes!"

Sra. Deputada, olhe para si mesmo e depois fale, porque julgo que valia a pena.

Voltando às questões sérias, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, é verdade que no passado só se podia varar na Madalena.

Julgo que fez bem em recordar que agora já é possível varar na Praia da Vitória.

Espero que a breve prazo, também seja possível varar em São Miguel. Se este Governo tiver a possibilidade de levar a cabo os seus projectos, não é para as "Calendas Gregas", mas vai ser um projecto avançado por este Governo.

De facto, nós temos a noção dessa necessidade e eu disse-o aqui desde a primeira hora que temos que adequar as estruturas que temos às comunidades piscatórias, aos empresários e aos recursos que temos.

Essa era uma questão de desajustamento.

É evidente que isso não se faz por um passo de mágica, leva o seu tempo, porque os projectos levam algum tempo a serem feitos, mas essa é a orientação definida desde a primeira hora e nós vamos levá-la a cabo.

Da mesma forma, eu digo aqui com franqueza que é evidente que nalguns casos somos mais bem sucessivos, noutros casos piores. Nuns casos fazemos tudo aquilo que queremos, noutros casos não fazemos.

Fazemos tudo aquilo que queremos, porque temos capacidade para o fazer, tanto financeira como de enquadramento político.

Noutros casos não fazemos, porque temos determinados enquadramentos ou porque face ao enquadramento político em que vivemos, não podemos avançar com alguns dos nossos projectos no tempo e no momento em que desejamos.

É só isso que temos a dizer.

No que respeita às conversas de corredor, eu penso que não vale a pena responder a esse tipo de conversas, mas é necessário que seja dito aqui que, em primeiro lugar, os relatórios de contas são públicos e, em segundo lugar, é preciso referir a avaliação externa que é feita, não é feita por este Governo, mas por uma empresa credível.

Nós não fazemos parte nessa avaliação, mas hoje posso dizer que a validação externa que é feita pelos bancos que fazem a avaliação de todas as empresas públicas ou privadas e da sua capacidade financeira, no caso da LOTAÇOR, é muito positiva.

Também posso dizer-lhe que ainda não cheguei onde queria.

Eu gostaria que, para além da reestruturação financeira, para além de melhores hábitos de gestão e para além de melhores mecanismos de controlo, do ponto de vista de custos operacionais, aquela empresa fosse mais equilibrada para poder sustentar as funções para que foi criada e vai ser um peso no erário público. Aquela empresa, neste momento, não tem que dar lucros.

Este foi o objectivo que propus ao Conselho de Administração daquela empresa e é isso que estamos a fazer.

A par desse trabalho que se faz mais depressa, há outro que se faz mais devagar, porque infelizmente se eu tivesse que discutir LOTAÇOR eu hoje sei — e posso dizer-lhe aqui ao pormenor - onde é que está o desequilíbrio daquela empresa: está na gestão dos entrepostos frigoríficos.

Aquilo é que explica a maior parte dos prejuízos ocupacionais daquela empresa. Porquê?

Porque há estruturas que são pesadas, algumas delas desajustadas da própria realidade económica do sector e basta citar o entreposto frigorífico de Santa Maria que tem custos enormes e gera prejuízos inevitavelmente tal como outros.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Venda-o!

O Orador: Se alguém quiser, que apresente propostas.

Tomaram-se decisões e o sector evoluiu de outra maneira.

Eu não estou aqui a culpar as pessoas das decisões. É preciso que se entenda.

Por exemplo, tomou-se decisões no que respeita ao Pico, no que respeita às Ribeiras.

Hoje em dia, as Ribeiras, do ponto de vista operacional, é um peso naquela empresa, não é um factor de equilíbrio e isso não se muda de um momento para o outro.

Por outro lado, também é preciso dizer que não se aumentaram as taxas, ou seja, não se onerou os operadores nesta fase e não se procurou recuperar à custa dos mesmos, mas sim à custa da eliminação de desperdícios, do reequilíbrio interno, do cumprimento das obrigações que o próprio Governo tem com a empresa.

Isso foi feito e é isso que está a acontecer o que permitiu não só reequilibrar a empresa, mas outra coisa importante e que é necessária que aqui seja dita, é que:

- permitiu que ela desempenhasse de forma mais desafogada muitas das funções que não podem ser desempenhadas por operadores;
- permitiu que ela fosse um instrumento fundamental na recuperação de muitos pequenos portos de pesca no Pico, nas Flores, em Santa Maria, na Graciosa, em todas as ilhas dos Açores;
- permitiu avançar para a construção das casas de aprestos e incentivar a utilização de fundos comunitários que não estavam a ser utilizados;
- permitiu avançar para rampas;
- permitiu avançar para dezenas e dezenas de pequenas obras que hoje em dia são uma melhoria efectiva na condição de operação dos profissionais nesses portos de pescas;
- permitiu avançar para a revisão das estruturas, para as estruturas de frio e as estruturas de lota.
- permitiu também avançar para a moralização. É evidente que não pode haver uns que pagam e outros que não pagam, as responsabilidades têm que ser repartidas.

Essa moralização fez-se efectivamente. Nalguns casos não agradou e não agrada, por isso avança-se e lançam-se suspeitas sobre as pessoas, quando se

cortam com vícios do passado, quando se corta a luz que passava de um lado para outro lado da empresa e com a utilização indevida de frios ou com favores que se faziam.

Fazer tudo isto custou e foi preciso coragem para o fazer, mas trouxe muita coisa de positivo para o sector.

Hoje em dia, podemos dizer que os mercados funcionam melhor e que os operadores estão melhor defendidos.

Não podemos — e isso não é função desta empresa — criar novos operadores, porque isso é a função do mercado e compete à iniciativa privada fazê-lo.

Quanto mais operadores existirem, quanta mais racionalização houver, mais o sector tem a ganhar, porque não se gasta em desperdício.

Desse ponto de vista, as opiniões, os apartes, as conversas do corredor, não interessam. O que interessa são os factos reais e os factos reais indicam-nos que aquela empresa, hoje em dia, é uma empresa equilibrada do ponto de vista financeiro. É uma empresa que continua no caminho do equilíbrio não só financeiro, mas também operacional.

Quando conseguirmos isso, há uma coisa que talvez se esqueça, ou seja, no dia em que conseguirmos isso, no dia em que conseguirmos reduzir os custos fixos daquela empresa, o benefício não vai ser para o Estado, para o Governo Regional, porque nessa altura vai ser possível dizer: "então se custa menos proporcionar este serviço, a fonte de financiamento são as taxas".

Talvez seja possível reduzir taxas, da mesma forma que se reduziu pagamentos de juros.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Vou tomar nota!

O Orador: Pode tomar nota, porque é um objectivo.

No dia em que se conseguir reduzir os custos fixos daquela empresa, esses benefícios têm que ser passados para os utilizadores, para o sector, porque aquela empresa não está lá para gerar lucros desmesurados e para encher os cofres públicos.

Não foi esse o objectivo. Não é o objectivo da empresa pública.

No entanto, as empresas públicas não têm que ser mal geridas, não têm que dar prejuízos necessariamente, não têm que ser uma sobrecarga para o erário público.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Verifico que o seu amor próprio é que fica muito ferido quando esta Assembleia exerce as suas competências.

A Assembleia Regional, quer goste, quer não, quer queira, quer não, existe fundamentalmente para além de legislar, para fiscalizar os actos do Governo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): V. Exa. não é a Assembleia Regional!

A Oradora: Este é um dos actos do Governo que carece de ser esclarecido, quer carece de ser fiscalizado.

É um direito nosso! É um direito da Assembleia Regional!

É a Assembleia que fiscaliza o Governo e não é o Governo que, por muito que lhe custe, vem para aqui ditar as suas regras.

A verdade é que está aqui em causa a utilização e a boa gestão de dinheiros públicos.

Essa questão, mesmo que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa ache que é a menor, é talvez por deformação profissional — dele, que assim pensa — porque esta questão é a maior neste processo.

É a boa gestão dos dinheiros públicos!

É a utilização dos dinheiros públicos que está aqui em causa!

É essa boa gestão dos dinheiros públicos que ainda não foi aqui esclarecida e por isso pedi e volto a pedir que ainda hoje, se for possível — tem que ser possível porque a secretaria fica a dois passos da Assembleia — seja entregue na Assembleia Regional as avaliações da empresa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): V. Exa. não é a Assembleia Regional!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Mas tem esse direito!

A Oradora: Tenho o direito de requerer.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Tem o direito de requerer, mas há prazos!

A Oradora: Estou a requerer.

Se o faço, nem sequer o faço sem precedentes, porque eu vi muitas vezes nesta Casa, quando os senhores estavam neste lado, pedir elementos para o momento seguinte.

Deputado António Meneses (*PSD*): E nós davamos!

A Oradora: Por acaso, o Sr. Deputado Francisco Sousa foi um deles.

Deputado Francisco Sousa (*PS*): E ele a dizer que pedisse por escrito!

A Oradora: O Sr. Deputado pediu ao Secretário Gaspar da Silva uma série de elementos sobre formação profissional, de um momento para o outro e ele forneceu-lhe - eu estou a falar de 1996 - poucos minutos depois, porque a sua secretaria lhe enviou.

Naturalmente, não me passa pela cabeça que a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas não tenha na sua posse esses elementos.

Como a sede da secretaria (apesar de às vezes não parecer!), ainda é na Horta, estou à espera que o Sr. Secretário mostre disponibilidade para os entregar imediatamente, porque é natural, mais do que natural, que tenha o processo devidamente instruído para apresentar nesta Assembleia pelo menos, três avaliações independentes, porque não é uma avaliação

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Agora já são 3!

A Oradora: Tem que haver 3.

O Sr. Secretário conhece a Lei Quadro das Privatizações.

Este caso é ao contrário. Não percebo por que é que para vender se precisa de 3 e para comprar não se precisa de nenhuma.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*): É a lei!

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): É a Lei Quadro das Privatizações!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, eu só quero transparência!

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Isso é uma analogia

A Oradora: Essa transparência não está assegurada.

Eu quero saber se há 3 avaliações independentes, todas mais ou menos coincidentes com o valor.

Não me vai apresentar aqui uma avaliação feita à medida, para depois o Governo dizer que com um milhão de contos tem 20% da COFACO, quando com um milhão de contos poderá ter uma percentagem muito superior.

Aqui, está em causa o património da Região, está em causa os dinheiros da Região e a boa gestão dos dinheiros públicos dos contribuintes.

Deputado Dionísio Sousa (*PS*): O seu *imediatamente* é uma alteração regimental e não pode fazer alterações regimentais dessa bancada!

A Oradora: Esta é que é a questão fundamental deste processo. Esta é a questão política e económica fundamental desta operação!

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PS)

A Oradora: Os senhores estão muito incomodados, porque naturalmente não conseguem responder a esta questão.

É preciso que se perceba os contornos desta operação. É isso que está em causa. Eu já expliquei que do nosso ponto de vista, este não é o meio correcto para atingir o fim que se pretende. O fim é comum. Com o fim nós concordamos, mas com os meios não.

A partir do momento em que este foi o meio escolhido, ele tem que ser esclarecido até ao fim.

Esta é que é a questão fundamental. Não é de natureza filosófica, mas sim económica e sendo de natureza económica é de natureza política.

Essa questão tem que ser esclarecida.

Presidente: Srs. Deputados, eu ainda tenho mais inscrições sobre esta intervenção, mas uma vez que atingimos a hora regimental para

interrompermos os nossos trabalhos para o almoço, prosseguiremos às 15.00 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Eu tinha aqui inscritos o Sr. Deputado Eugénio Leal, que neste momento não se encontra na Sala, e o Sr. Secretário Regional da Agricultura, que não também não está.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma pequena nota para que fique registado nesta Casa que há pouco quando o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa fez uma referência a possíveis palmas que eu teria dado à intervenção da Sra. Deputada Berta Cabral, eu dei, desta bancada, a minha aquiescência, quando a Sra. Deputada se referia à função social da firma em causa. Eu dei e mantenho.

Quanto ao que se passou no concelho de São Roque, eu queria dizer muito serenamente, porque já na legislatura anterior trouxe este assunto, que considerei que esse assunto foi mal conduzido por parte do governo de então. Era só isso que eu queria deixar aqui repetido.

Eu conheço perfeitamente o que é que se passa com, já não era a Tunapesca, era a Pescatum. Eu conheço perfeitamente a situação com que foi confrontada, uma situação que não era minimamente concorrencial com a COFACO - quero que isto também fique aqui registado - e que penalizou a mão-de-obra feminina daquele concelho. Ou seja, quando a Pescatum ofereceu um projecto para construir uma fábrica na Praia da Vitória, abandonou as instalações da

Tunapesca que tinha arrendado, e exercia a sua actividade de embalagem de lombos de atum para exportação em vaco.

Era só isto que eu queria deixar aqui referido. Não estou aqui com nenhuns pruridos contra ninguém, mas que fique bem registado que o processo que aconteceu no concelho de São Roque a respeito da Tunapesca/Pescatum, acompanhei-o na altura própria e denunciei aqui que era um crime económico que se estava a fazer àquele concelho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria de forma alguma alongar mais este debate, porque julgo que o que devia ser dito já o foi, mas de qualquer forma, como há aqui duas imprecisões em relação àquilo que eu disse, eu gostaria de esclarecer.

Eu não fiz nenhuma alusão aos aplausos do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila quando a Sra. Deputada Berta Cabral interveio, mas sim referi os aplausos do Sr. Deputado Rui Pedro Ávila aquando da intervenção do Sr. Secretário Regional.

Em relação ao trocadilho que o Sr. Deputado tentou fazer entre Tunapesca e Pescatum, eu devo dizer que, de facto, o Sr. Deputado tem razão quando refere que a Pescatum nada tem a ver com uma relação concorrencial directa com as outras indústrias conserveiras.

No entanto, a Pescatum aparece, porque já a Tunapesca tinha desaparecido e esta sim foi vítima da tal concorrência das tais indústrias conserveiras, porque esta Tunapesca antes de ser vendida à Pescatum, tinha precisamente a mesma actividade que têm as outras indústrias conserveiras.

O senhor quis, em defesa do seu concelho - e se calhar fez bem - trazer aqui na última legislatura a sua preocupação em relação à Pescatum de São Roque transferida para a Praia da Vitória, mas de facto, a Pescatum quando foi para São Jorge, foi porque a Tunapesca tinha desaparecido.

É uma estrutura accionista completamente diferente, são empresas completamente diferentes. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não foi

uma simples mudança de nome, porque a mudança de Tunapesca para Pescatum foi uma simples coincidência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para um esclarecimento final na sequência do debate interrompido para almoço.

O Governo terá todo o gosto de, nos termos regimentais, prestar as informações necessárias a esta Casa e aos Deputados que o entenderem. Responderá nesses termos regimentais.

Ainda no que respeita a uma outra nuance deste debate que foi aqui introduzida pela a Sra. Deputada Berta Cabral e que é também uma inovação da Sra. Deputada, ou seja, de que seriam necessárias três avaliações independentes, eu gostaria de recordar à Câmara que não estamos perante um processo de nacionalizações e que só nesse caso, nos termos legais é que são precisas três avaliações.

Neste caso, estamos perante uma análise da situação por uma entidade independente.

Nesses termos, essa avaliação por uma entidade independente será facultada se assim for pedido, nos termos regimentais e as explicações por essa entidade serão dadas aqui. Como é evidente, a avaliação foi feita por essa entidade independente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero apenas deixar a nota ao Sr. Secretário Regional de que não me parece correcto que uma intervenção do Governo Regional numa empresa privada, mesmo que indirectamente e através da LOTAÇOR, se faça com base numa única avaliação.

Não é correcto, não é transparente e aguardamos.

O requerimento vai entrar rapidamente na Mesa para nos ser entregue o processo, mas desde já fica a nota de que não é correcto ir comprar seja o que for, e muito menos com dinheiros públicos, com base numa única avaliação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu quero dizer aqui claramente que o Governo segue a lei. É nos termos dessa lei, do enquadramento legal e não de regras criadas pela Sra. Deputada quando bem entende e quando entende, que será respondido.

O Governo responde porque entende que deve respeitar este Parlamento - e pessoalmente eu lutei durante muito tempo para que se respeitasse esta Assembleia - e vai responder nos termos devidos e com o respeito devido a esta Assembleia, segundo as regras que estão regimentalmente estatuídas pela mesma e não mais do que isso, isto é, não responde a regras inventadas pela Sra. Deputada, que aliás não fazem sentido absolutamente nenhum.

Presidente: Eu queria informar a Câmara de que o Governo já não dispõe de mais tempo no período de antes da ordem do dia.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pena que o Sr. Secretário já não tenha mais tempo, porque eu queria perguntar qual era lei.

Qual é a lei que prevê essa operação?

Deputado Mark Marques (PSD): Os membros do Governo não têm tempo para responder, mas os Srs. Deputados têm!

A Oradora: Já agora os Srs. Deputados informem-me qual é a lei que prevê hoje em dia a nacionalização de 20% de uma empresa privada?

Expliquem-me qual é a lei!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção deveria ter sido proferida ontem, "Dia Mundial do Ambiente", mas a evolução dos trabalhos parlamentares não o permitiu.

Uma árvore não faz a floresta, nem esta se reduz, apenas, a um conjunto de árvores!

Eis o tema que vos trago para reflexão política: a FLORESTA.

A floresta, de facto, assume-se como um factor ambiental de extraordinária importância, fundamentalmente:

- para a preservação da biodiversidade ecológica;
- para a harmonia dos regimes hidrológicos e valorização dos recursos hídricos;
- para o combate da poluição atmosférica;
- e para, inclusivamente, a estabilidade climática do planeta.

Todavia, Srs. Deputados, 80% das florestas naturais do mundo já foram destruídas e 13 milhões de ha(hectares) de floresta tropical desaparecem anualmente.

O abate florestal nos bosques dos países da América do Sul, da África e da Ásia atinge, por isso, níveis de grande preocupação mundial.

Segundo notícia divulgada num jornal diário de expressão nacional, Portugal é apontado como sendo um dos principais importadores de madeira tropical, ocupando o 2º lugar no contexto da União Europeia.

No dia a dia, no conforto das nossas casas, nem nos apercebemos que muita da madeira, que elas têm, provém do corte ilegal ou não declarado, naqueles países, e que representa "mais uma machadada na já tão depauperada floresta mundial".

Na actualidade, facilmente identificamos os dois mais directos responsáveis por tal situação:

- As indústrias madeireiras e os agricultores: uns abatem, outros desbravam!

Mas, antes deles ou depois deles:

- estão os consumidores, todos e cada um de nós em particular, contribuindo com o seu comportamento para esta situação, certamente, de forma involuntária.

- mas estão também os governos que executam a sua política ambiental de forma irresponsável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando um governo apresenta como vitória política o aumento de consumo sem, paralelamente, ter uma política clara e exequível para a eco eficiência da utilização dos recursos disponíveis está a ser irresponsável.

A perspectiva demasiado economicista da sociedade deve ser revista e repensada à luz desse novo paradigma: o Ambiente.

O consumo e a produção, ou a produção e o consumo devem submeter-se, compatibilizar-se ou apenas integrar, na sua lógica estrutural e funcional, a realidade e a exigência da "CONSERVAÇÃO DA NATUREZA".

A perda de floresta no planeta tem implicações profundas, como já referi, fundamentalmente, para com a biodiversidade, a água, o ar e o clima.

Se há regiões no planeta que, mais do que outras, são demasiado sensíveis a alterações daqueles factores , elas são, certamente, as regiões insulares, principalmente aquelas que não puderam, não souberam, ou não quiseram defender o equilíbrio ecológico da sua floresta. Canárias e Cabo Verde são disso bons exemplos ! Ou melhor, maus exemplos!

- Grande parte das espécies animais europeias está ameaçada .

- A água está a rarear (o convénio luso-espanhol ficou aquém do desejável)

- O território ibérico está a desertificar-se (só para citar um espaço geográfico mais próximo)

- A poluição atmosférica continua a acentuar-se (Portugal apresenta níveis que estão para além dos que foram acordados entre vários países do mundo, em 1997)

- E por tudo isso as alterações climáticas, são cada vez mais evidentes.

Os Açores, infelizmente, não estão excluídos dessa triste e perigosa realidade planetária.

Com esta visão não pretendemos ser "velhos do restelo", nem militar fundamentalismos, embora saibamos que corremos o sério risco de sermos

adjectivados de pseudo ambientalistas - Mas nada nos impede de vir aqui partilhar e reflectir convosco esta realidade e que resulta:

- por um lado, do desenfreado consumismo que descontroladamente se expande;

- e, por outro, da manifesta incapacidade, consentida ou não, dos muitos governos do mundo de hoje. O governo regional dos Açores é disso bom exemplo, ou melhor, um mau exemplo!

Quando falamos de floresta estamos também a referirmo-nos à enorme variedade de seres vivos que ela constitui, que suporta e que alimenta. Um exemplo, apenas: o priôlo

O priôlo, ave endémica dos Açores e única do mundo, existe apenas numa pequena mancha de S. Miguel. A sua população começou a regredir, ficando mesmo em situação de quase extinção, quando a floresta natural foi ficando drasticamente reduzida. Não se trata de um exemplo único nos Açores, infelizmente.

Em relação a este exemplo, felizmente que houve intervenção atempada, por volta do fim da década de 80. O priôlo e a sua mancha florestal no Pico da Vara constituem uma das 15 ZPE (Zonas de Protecção Especial) que conjuntamente com as futuras ZEC (Zonas Especiais de Conservação) integrarão o importante projecto europeu da Rede Natura 2000. Estes eventuais sítios de importância comunitária (SIC) merecem e exigem toda a atenção e envolvimento do Governo Regional e não podem ser considerados apenas como meras indicações para a Comissão Europeia, só para cumprir o calendário consagrado na directiva das aves e na dos habitats, tal como deixou transparecer o actual Secretário do Ambiente em declarações públicas. A Rede Natura 2000 constitui, de facto, um projecto europeu de grande significado e alcance político e de profunda importância ecológica.

A poluição atmosférica aumenta no Planeta. Aumenta não só porque as fontes poluentes - as indústrias, as centrais eléctricas e os transportes - também aumentam, como também as árvores, que absorvem o CO₂ atmosférico e em troca libertam o O₂, vão desaparecendo, fruto da irreflectida acção humana.

Em Quioto, no Japão, em 1997, e em Bona, em 1999, muitos países do mundo (150) decidiram reduzir a poluição atmosférica em 5 %. Todavia, a alguns países foi permitido continuar a aumentar a poluição atmosférica até certos limites, tal como Portugal, para que pudessem, de igual modo, crescer e desenvolver-se. Mas o nosso país, lastimavelmente, não consegue respeitar os limites que acordou cumprir, atingindo já quase os limites que deveria atingir em 2010.

E assim, a poluição atmosférica continua a crescer, reflectindo-se numa temperatura média do planeta que indicia, cada vez mais, valores crescentes, daí que as alterações climáticas sejam evidentes e a falta de água comece a ser aquela triste realidade que alguns, talvez adjectivados de pseudo-ambientalistas, desde há muito alertaram.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A falta de água e as suas mais directas consequências poderão constituir a próxima calamidade nos Açores. Basta estar atento à comunicação social: as notícias tanto chegam do mundo, como do país e inclusivamente das nossas ilhas.

Será que o Governo Regional está preocupado com esta situação?

Será que o Governo Regional tem resposta para dar?

Qual o diagnóstico actual da situação?

Que estratégia vai executar?

Não sabemos! A situação é séria e preocupante. Aqui fica o nosso registo e o nosso alerta.

Por outro lado, não se pode reduzir o problema da água a meia dúzia de medidas mitigadoras para algumas lagoas da Região.

E, mesmo aí, não há uma estratégia objectiva, profunda e abrangente para combater a eutrofização e os assoreamentos das lagoas açorianas.

Antes: era a falta de legislação enquadradora; a falta de estudos e que o plano das lagoas do anterior responsável pelo Ambiente ter sido um mau instrumento.

Afinal ainda não sabemos qual dos Planos vigora, se o plano do anterior Secretário, se o do actual.

Agora: é a falta de pareceres aos estudos; e que os estudos não quantificaram as escorrências das bacias hidrográficas (não sei o que é que se andou a fazer durante todo esse tempo); bom, o melhor é não construir as bacias de retenção e fazer mais um plano; e o que convém, mesmo é criar uma frase bonita, tal como requalificar as lagoas.

Bom, e que ninguém nos ouça, o que interessa é não avançar muito depressa nesta matéria!

Há quem diga que há investimentos turísticos convenientes para fazer e que convém manter a actividade agrícola nas vertentes das lagoas. Com uma pequena e habilidosa operação cosmética tudo se viabilizará e tudo e todos ficarão felizes. Quanto à população das Sete Cidades que se amane com os exageros da beleza que Deus lhes deu e com as limitações que o legislador teceu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E assim, às nossas mãos, irão morrer e desaparecer as raras manchas superficiais de água doce que existem em grande parte do Atlântico - as lagoas dos Açores.

Pouco sabemos da poluição atmosférica que produzimos!

Pouco ou nada sabemos da água que nos falta ou da seca que se avizinha.

E da mãe de tudo isto, pouco sabemos dela! A Floresta. Da que temos e daquela que tanta falta nos faz.

E para todas estas questões, enfim, da recém-nascida Secretaria do Ambiente, talvez possamos esperar apenas que escorram esforçados gestos derradeiros para os derradeiros dias que lhe restam.

Disse.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD).

Presidente: Para uma intervenção tem a tribuna o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha das Flores desde que foi descoberta tem sido enaltecida pelas suas belezas naturais. Foi a sua própria denominação — Ilha das Flores — exactamente pelas exuberantes flores que os primeiros navegadores encontraram; depois muitos falaram das lagoas e das falésias, das rochas e das ribeiras, dos montes e dos vales, sendo de todos conhecida e referida a “Rocha dos Bordões”. Mas longe vão os tempos em que a sua orografia era denominada de “Suiça Açoriana”, porque com o desenvolvimento e a evolução dos tempos actuais, os males e vicissitudes da nossa época chegaram à Ilha e nada ou pouco se tem feito no sentido de deixá-la aos vindouros nas mesmas condições de belezas naturais em que a encontrámos. É por isso que com a frequência que nos últimos tempos se fala na necessidade da preservação do ambiente, vejo com pesar que as situações existentes nas Flores ainda não tenham sido referidas e muito menos equacionadas, por isso mesmo dediquei a minha intervenção de hoje para fazer algumas considerações sobre esta matéria, na esperança de mobilizar vontades capazes de tomar consciência dos muitos problemas que aquela Ilha tem no que diz respeito à necessidade urgente de se implementarem acções e se efectuarem esforços no sentido de impedir que o ambiente se continui a degradar, permitindo uma aceitável qualidade de vida aos que residem na Ilha e eliminando manchas que provocam repulsa a todos os que aí vivem ou a visitam.

A recente autonomia do ambiente, dando-lhe foros de Secretaria e o compreensível desejo que o titular dessa Secretaria tem manifestado em procurar aproveitar o pouco tempo de que dispõe na presente legislatura, concertiza são causas compreensíveis para as referências feitas cada vez com maior frequência a estes temas e para as preocupações com que cada vez mais são referidos e vêm à discussão regional, mas também o facto de em todas as Ilhas existirem problemas nestas áreas são mais do que suficientes para a acuidade destas matérias.

Não aceitamos que nesta área as Flores fiquem esquecidas, até porque o foram até ao presente, e quando houve excepções a este esquecimento, geralmente aconteceram com frequência intervenções com características desgarradas e fundamentalistas — como é o caso das perseguições aos agricultores que limpam as suas pastagens da urze e do cedro do mato — perseguições essas que condenámos porque são prejudiciais à economia da Ilha, e não contribuem em nada para que se mantenham os equilíbrios naturais em que vivemos durante séculos e que deixaram em vastas áreas do domínio público, hoje à responsabilidade de serviços da Região, muitos hectares de terreno integralmente cobertos de vegetação autóctone, a qual embora sem qualquer cuidado, vigilância ou preocupação por parte das autoridades regionais, é respeitada e mantida incólume por parte dos habitantes da Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar de ambiente nas Flores é dizer que nem existe, nem está ainda localizado na Ilha, aterro sanitário. Este assunto, que vem dos governos anteriores, quase no fim deste mandato, continua exactamente como vinha do passado. Melhor dizendo, cada uma das Câmaras Municipais deposita o seu lixo em terrenos que são do domínio público — terrenos esses cuja gestão é da responsabilidade da Região — em lixeiras a céu aberto, em zonas de interesse turístico. É tempo de mudar e a mudança exige com urgência a implementação de um aterro sanitário que sirva a Ilha, encerre as lixeiras existentes e resolva de uma vez os problemas dos lixos na Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas Flores, na localidade conhecida por Vales, existe uma ETAR, construída no passado pelo governo da região e que trata as águas da fábrica de lacticínios e do novo matadouro. Acontece que essa ETAR não tem funcionado nas devidas condições. Talvez estivesse na altura de existir alguém que fosse responsabilizado pela sua manutenção e funcionamento em termos normais, assim como é necessário testar as águas que de lá saem e atravessam zonas habitacionais, correndo a céu aberto por uma ribeira, junto à qual existe, como referimos, zonas habitacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao falar do ambiente e da preservação do património natural em relação às Flores é necessário falar-se das lagoas e na necessidade do combate à sua eutrofização.

Na Ilha das Flores existem 7 lagoas, as quais desde há muitos anos e até há 3 tinham uma informação, junto à lagoa, em placa de cimento, com o seu nome e a profundidade. Há 3 anos foram retiradas as placas de cimento e, substituídas por uma informação em madeira, com o nome da lagoa, o qual nome já desapareceu. Acontece que a antiga e inestética placa com o nome e a profundidade, hoje está substituída por uma igualmente inestética tábua preta, que nada informa, porque já lá nada está escrito. Senhor Secretário, se as placas retiradas não foram destruídas, voltem a colocá-las onde estavam, porque os forasteiros terão pelo menos a informação de qual a lagoa que observam.

Na lagoa da Lomba desenvolvem-se em ritmo acelerado plantas aquáticas que obrigam a uma intervenção urgente. É fundamental que se combata de imediato a sua eutrofização.

A lagoa Comprida tem um nível de água muito baixo, que pode ser devido à falta de pluviosidade, mas que também pode ter outras causas e por isso merecia a atenção de entidade competente e responsável.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Rocha dos Bordões na vigência do anterior Governo teve uma intervenção benéfica e bem conduzida, que permitiu a limpeza de uma parte da rocha que estava a ser invadida por arbustos. Acontece que esses trabalhos não tiveram continuidade. É necessário que se estudem os meios e as formas de se manter aquele autêntico monumento natural nas devidas condições, impedindo que seja invadido por plantas que o destroem e ocultam a sua beleza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ilha das Flores possui um rico património natural. É fundamental respeitá-lo e preservá-lo. Torna-se necessário que todos os que visitam a Ilha possam apreciá-lo, por isso, as estradas já existentes têm de ser melhoradas, de modo que se tornem todas transitáveis. Algumas necessitam de pequenas reparações.

Outras, não podem continuar com o piso de terra batida existente e devem ser alcatroadas, de modo a serem transitáveis a qualquer viatura ligeira.

É tempo de terminarem conceitos inaceitáveis de proibição e penalização dos agricultores que na normal limpeza das pastagens necessitam de fazer o corte da urze ou do cedro, e antes proteger-se efectivamente as enormes áreas do domínio público que são grandiosas zonas da mais genuína vegetação autóctone. Protejam-se essas zonas do domínio público e procure-se que elas não sejam invadidas por espécies que nada têm a ver com a nossa vegetação tradicional.

Que se tratem as lagoas, que se crie um autêntico plano de salvaguarda das zonas envolventes das lagoas no sentido da sua preservação. O que foi feito no passado, ladeando a lagoa da Lomba de criptomérias e outras árvores de porte médio, introduzidas, não é admissível nem aceitável. Aí, também é que efectivamente se devem desenvolver a urze e o cedro, como na época em que os nossos antepassados chegaram à Ilha.

Que se dêem condições efectivas para que todos os que vivem nas Flores e os que nos visitam possam desfrutar dos autênticos monumentos com que a natureza nos contemplou. Nas Flores a preservação do ambiente e o respeito pela natureza são fundamentais para o próprio desenvolvimento da Ilha.

É necessário e urgente que se implemente uma política de ambiente que tenha em conta a necessidade de um diálogo sério e profundo envolvendo o poder regional, o poder local e as próprias populações. Essa política de ambiente pode e deve proteger valores e melhorar a qualidade de vida das populações. Por que muito pouco se tem feito, há muito para fazer.

Deputados Sandra Bessa e Duarte Freitas: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar os Srs. Deputados Francisco Xavier e Paulo Valadão, pelas boas intervenções, sobre a área do ambiente, que aqui nos trouxeram.

Ontem foi, sem dúvida nenhuma, o Dia da Árvore e por não ter sido proferida qualquer intervenção nesse dia, hoje, é no mínimo, justo que façamos homenagem a esse ser da natureza, que é porventura o maior ser da natureza, a base de toda a cadeia eutrófica, um purificador da natureza e um ser que nos dá produtos que nós todos os dias utilizamos na nossa alimentação, na nossa medicina, na nossa indústria, na energia, etc.. Portanto, é sem dúvida nenhuma, um ser que sem ele a vida na terra não existiria.

O Sr. Deputado Paulo Valadão trouxe-nos aqui problemas importantíssimos na área do ambiente, problemas esses que deverão ser tomados em atenção, porque nós nesta Região temos áreas protegidas em lei, mas na prática não funcionam.

As nossas áreas protegidas estão protegidas por Decreto-Lei Regional, mas na prática não há guardas da natureza e este Governo propôs-se dar cursos de guardas da natureza, mas na prática essas áreas encontram-se abandonadas e é necessário que haja uma política, uma verdadeira política na área do ambiente que proteja essas respectivas áreas, porque senão não valia a pena tê-las criado.

Nós, relativamente à Ilha de S. Jorge, já aqui dissemos nesta Assembleia, que temos áreas que deveriam ser protegidas e que não estão, concretamente, um parque natural que deveria ser criado na nossa ilha, porque temos nesse parque natural árvores como o cedro da terra e a urze gigante que, como disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, provavelmente já existiam antes de chegarem os primeiros povoadores à ilha. Portanto, isso são, sem dúvida nenhuma, autênticas relíquias, são património da natureza, que se não tivermos cuidado com ele, o seu fim será, sem sombra de dúvida, uma perda para a nossa natureza. E o que tem feito este Governo em relação a todo este património? Nada, rigorosamente nada.

Sr. Secretário, sei que o Sr. não tem culpa disso, entrou há dois ou três dias para o Governo, agora o Sr. entrou para este Governo só e apenas só, na ponta final desta legislatura para mandar e para tapar - digamos assim, em boa verdade - alguns buracos, porque o Sr. não tem tempo para fazer nada e ainda não tem a sua Secretaria preparada.

Quando este Governo apresentou a sua Lei Orgânica nesta Assembleia, eu disse, ali daquela tribuna, que juntar o ambiente e a agricultura na mesma pasta, era uma má solução. Este Governo levou três anos para compreender essa má solução e só o fez ao fim de três anos, não para remediar o problema, mas para o remendar. Portanto, a "vestimenta" é velha, está rota da mesma maneira e só leva os remendos daqui até ao final da legislatura.

Ainda outro dia o Sr. Secretário esteve em S. Jorge, foi à Caldeira de Santo Cristo, foi devidamente informado dos problemas da Caldeira de Santo Cristo e nós não podemos estar com problemas daquela natureza a protelar de ano para ano, de criação ou não de uma secretaria, e os problemas vão aumentando, como também não podemos de maneira nenhuma estar a atirar para as populações que vivem nas respectivas ilhas que estas coloquem os seus problemas que depois o Governo há-de resolver.

O Governo é responsável para fazer, para tomar decisões, não para colocar os problemas nas mãos das populações.

Nós, neste momento, em S. Jorge, temos os problemas que o Sr. viu, para além daqueles que o Sr. não viu. Temos inclusivamente desde há três anos a esta parte, as amêijoas da Lagoa de Santo Cristo, a serem apanhadas de qualquer maneira e feitio, sem nenhuma fiscalização, sem nenhuma protecção, com garrafas de mergulho dentro da Lagoa, como o Sr. outro dia ouviu na reunião que teve na Sociedade Recreio da Ribeira Seca, em S. Jorge, na minha frente e na frente dos Deputados de S. Jorge que aqui estão presentes.

O que é que tem feito este Governo para resolver estes problemas?

Alguém acredita que numa área ecológica especial, as pessoas se dêem ao luxo de apanharem amêijoas com garrafas de mergulha, dentro de uma lagoa, porque a entidade responsável não é capaz, não quer, não lhe interessa proteger essa área.

Durante um mês nós poderíamos admitir que se estava a tentar resolver o problema. Durante seis meses nós ainda poderíamos pôr em dúvida, mas ao fim de três anos não nos restam dúvidas nenhuma.

Portanto, é este ambiente que temos nesta Região.

O que é que se tem feito pelas áreas protegidas, como por exemplo o Ilhéu do Topo, em S. Jorge? Nada, rigorosamente nada. Qualquer um pode ir para lá apanhar lapas e caranguejos. Apenas os jorgenses não podem ir para o Ilhéu, porque tem de ir por terra e isso é muito complicado. Os que vêm de barco tem a vida facilitada, pois encostam ao ilhéu, pescam com garrafas de mergulho, apanham cavacos, polvos, tudo o que querem em volta do Ilhéu e não têm problema nenhum. Isto porquê? Pura e simplesmente porque está condenado ao abandono por este Governo. Não há ninguém, rigorosamente ninguém que fiscalize esta área protegida. Mas, tal como esta, estão todas as outras desta Região. Por isso espero que agora o Sr. Secretário se interesse, no mínimo, pois não poderá fazer mais nada durante este mandato do que pôr alguma disciplina nestas áreas protegidas. Se o fizer, já fez qualquer coisa. Se não o fizer, no fim da legislatura vá para casa, pois de certeza absoluta que irá outro fazer o mesmo tipo de trabalho.

Presidente: Eu chamo a atenção aos Srs. Deputados, que os Membros do Governo já não poderão usar da palavra, pois não dispõem de tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O respeito e a preservação do nosso património natural, questões e preocupações que nos foram trazidas pelos últimos intervenientes, é evidente que têm de ser preocupações de todos nós, de todos os açorianos, de uma forma genérica, porque é evidente que da preservação do ambiente depende a qualidade de vida dos cidadãos que aqui habitam e também a preservação de um importante capital para fins turísticos.

Portanto, julgo que o Governo, se tivesse oportunidade, não deixaria certamente de dizer que essa também é uma preocupação sua, porque essa sendo uma preocupação do PS é certamente uma preocupação do seu Governo. Por conseguinte, nem o ambiente se degradou de forma abrupta nestes últimos 3 anos, pois este é um processo continuado e evolutivo, nem também se poderiam resolver todos os males do mundo no mesmo espaço de tempo.

Essas coisas levam o seu tempo a serem estudadas, a serem trabalhadas e tratadas e muitas vezes aquilo que se estraga num dia leva meses ou anos a recuperar. Uma árvore arranca-se num dia, uma árvore leva muitos anos a crescer.

No concreto e dentro de tudo o que são preocupações gerais e que nós partilhamos, o Sr. Deputado Paulo Valadão, referindo-se a questões concretas da Ilha das Flores, enunciou duas que eu particularmente gostaria de tecer algumas considerações.

Uma tem a ver com o funcionamento da ETAR. É verdade que a ETAR tem tido problemas, teve graves problemas devido à falta de manutenção, provavelmente pela indefinição de a quem essa manutenção competiria. Neste momento, a ETAR, nomeadamente o motor que era o último elemento que faltava instalar, já foi instalado e a ETAR neste momento está a funcionar em pleno. Espera-se, deseja-se e exige-se mesmo que a definição, até porque estão duas entidades, uma pública e uma privada ligadas a essa ETAR, que seja definido, de forma clara e inequívoca, a quem compete a manutenção e a conservação e a eventual reparação desse equipamento para não estarmos dentro de algum tempo com problemas semelhantes aos que tivemos até há pouco, até porque é muito mais fácil, todos nós sabemos isso, conservar e manter do que substituir os equipamentos, pois torna-se muito mais caro e muito menos eficaz.

Relativamente a uma outra questão trazida pelo Sr. Deputado Paulo Valadão - essa sim, quanto a nós é de enorme gravidade, por tudo o que tem a ver com qualidade de vida, com desenvolvimento turístico, etc - que é a questão do aterro sanitário.

O problema do aterro sanitário das Flores é, realmente grave. Há doze anos - se não me falha a memória, e se houver diferença, será de pouco tempo - que andamos às voltas como se costuma dizer de "Herodes para Pilatos" com a questão do aterro sanitário.

O aterro sanitário nunca foi construído, também é necessário dizê-lo claramente, porque os dois municípios, as duas Câmara Municipais, nunca se entenderam no que toca à sua localização.

Eu sei, o Sr. Deputado Paulo Valadão sabe, e certamente saberão muitos mais membros desta Câmara, que o Governo Regional - e isto é confirmado pelos próprios autarcas - neste momento está em dia. Quer isto dizer que da parte do Governo, designadamente, da parte da Direcção Regional do Ambiente, todos os estudos relativos a todos os locais que foram sendo indicados - e que já vão numa lista que deve andar acerca da vintena - para a construção do aterro, repito, todos os estudos, todos os trabalhos de campo e todos os respectivos relatórios foram feitos já na vigência deste Governo.

Também da parte da Direcção Regional do Ambiente deslocaram-se técnicos às Flores, para fazerem os estudos necessários relativamente a novos locais que as Câmaras indicaram.

Eu esperava e desejava sinceramente, neste momento, estarmos a falar do financiamento do aterro. Infelizmente não podemos falar do financiamento do aterro, porque as Câmaras ainda não definiram o local onde ele irá ser construído.

Digo mais, se fosse possível e fosse legal, eu até defenderia - e já o disse aos autarcas - que teriam todos os financiamentos que fossem necessários para prosseguir nos seus objectivos e nas suas tarefas, desde o momento que colocassem à cabeça, como primeiro investimento a realizar, o aterro sanitário.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Conforme se está a verificar, estamos a tratar de uma matéria que é importante e que, no fundo, toca a toda esta Região e aos interesses vitais da mesma.

Estamos também numa situação, de certo modo, caricata, em que o Governo Regional esgotou o seu tempo, e não vou adjectivar as causas.

Eu da minha parte, em representação do Partido Comunista Português, queria sugerir aos líderes parlamentares e ao Sr. Presidente da Mesa, que fosse concedido um espaço de tempo, a designar, para que nesta matéria pudesse intervir o membro do Governo, com responsabilidade no assunto. É uma sugestão que deixo. Se os Srs. líderes parlamentares e o Sr. Presidente assim o entenderem, embora sendo uma excepção ao nosso Regimento, poderia ser benéfica para esta discussão e para esta análise, pois a opinião do Governo nestas matérias, é importante, e com um outro aspecto ainda maior, que é o facto de pela primeira vez, ou uma das primeiras vezes, podermos ouvir sobre a sua área específica o Secretário do Ambiente.

Em relação ao assunto que eu trouxe aqui e que foi abordado pelo Sr. Deputado Manuel Brasil e pelo Sr. Deputado Herberto Rosa, é evidente que também teve um pouco a ver com a época que estamos a viver, com o Dia da Árvore, com a situação específica deste dia. Foi de propósito que resolvi trazer da minha Ilha uma matéria que também tem a ver com esta época e que tem a ver com outra coisa que eu referi, pois com a posse do Sr. Secretário Regional, imediatamente, começou-se a falar do problema das lagoas de S. Miguel, do problema de S. Jorge, que já foi falado e eu entendi que era meu dever chamar a atenção para os muitos problemas do ambiente na Ilha das Flores, um dos quais me preocupa a mim e que o Sr. Deputado Herberto Rosa também referiu, que é o problema das lixeiras. Aí, eu aponto um caminho, Sr. Deputado, que penso que ficou claro, ou seja, nestas políticas tem de haver um diálogo muito profundo, entre o poder local, o poder regional e as populações.

No dia em que o poder regional e as próprias populações exigirem que se faça o aterro sanitário, é evidente que as câmaras municipais não terão outra solução senão entender-se em relação à sua localização. Para mim esta é uma situação clara, com uma agravante, pois o proprietário, desculpem o termo - que eu e o Sr. conhecemos, mas é bom que se diga aqui - das duas lixeiras, é a Região Autónoma, porque as lixeiras estão colocadas desde o seu aparecimento, desde há 20 anos, em terrenos de gestão pública, de gestão regional.

Nós não podemos permitir que a título das pessoas dizerem que não se entendem, fazerem que não se entendem, ou não se quererem entender, continuemos com aquilo que a mim me magoa muito, que é chegar a uma zona com dístico de vista turística e ver uma lixeira em frente; é chegar a 100 ou 200 metros das duas magníficas lagoas que nós temos e vemos uma lixeira com lixo espalhado para aqui e para acolá, sobranceiro a essas lagoas, e pensar que daí a meia hora vou beber água que sai nas canalizações das nossas casas, água essa, cujo centro deverá ter a ver com as próprias lagoas, sobranceira às quais está uma lixeira.

Todo este conjunto de problemas tem a ver com o ambiente de uma ilha que, como eu disse no início da minha intervenção, é reconhecida por todos por ser uma ilha com belas paisagens, com autêntico património natural, mas que está a ser mal cuidada e que, infelizmente, nós não estamos a ver esforço suficiente, no sentido destes problemas serem resolvidos.

Efectivamente, como disse no final da minha intervenção, muito pouco foi feito, há muito para fazer, mas é necessário começar já, com muita urgência, para procurar ir resolvendo estas situações, porque é a própria sobrevivência da Ilha, como ela era e como ela deve ser, que está em causa.

Por outro lado, ao festejarmos o Dia da Árvore e ao pensarmos nestes problemas, trago aqui outra situação que o Sr. Deputado Manuel Brasil refere, que é o problema de nestes últimos três anos a Administração Regional ter estado muito preocupada com o facto dos agricultores no domínio privado, em zonas que não têm qualquer protecção, poderem retirar os cedros ou a urze da sua propriedade.

No entanto, a Administração Regional é proprietária de dezenas de hectares em zona protegida, em zona onde tem a urze, o cedro e essas zonas estão abandonadas e estão a ser invadidas por plantas que nada têm a ver com a nossa vegetação tradicional, não havendo qualquer preocupação em relação a essas zonas. Estou-me a referir nomeadamente ao maciço central das Flores, onde, de facto, estão lá e se estão lá é porque as populações têm respeitado exactamente esta vegetação, porque da parte das autoridades nem no passado, nem no

presente está a haver o devido cuidado em relação a essas áreas, que sob o aspecto legislativo estão definidas, há os Decretos Legislativos Regionais que determinaram que elas eram áreas protegidas e áreas onde deveria haver a protecção que, infelizmente, não há.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Valadão fez uma sugestão aos líderes parlamentares e eu gostaria de ouvir a vossa opinião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD aceita a sugestão do Sr. Deputado Paulo Valadão, sendo certo que o faz tendo em conta o Regimento. As alterações ao Regimento devem ser consensuais. Se todos os partidos políticos entenderem como importante possibilitar que o Sr. Secretário Regional, em nome do Governo, traga até esta Assembleia a sua perspectiva sobre esses importantes problemas, num debate elevado e muito útil para o interesse dos Açores, não no sentido de obrigar o Governo, certamente, a intervir mas a possibilitar caso o queira fazer, neste caso e sendo certo que isso só se deve fazer por consenso, de acordo com o nosso próprio Regimento, o Grupo Parlamentar do PSD dá a sua anuência à sugestão feita pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, com carácter naturalmente excepcional .

Quanto ao período de tempo que o Governo terá para intervir neste debate, deixo isso à consideração do Sr. Presidente, sendo certo que tem de ser o tempo que permita que o Sr. Secretário possa esclarecer devidamente as questões que foram levantadas. Portanto, também sugiro que não seja nem tempo a mais nem tempo a menos, mas sim tempo suficiente para a diversidade e importância das questões que foram aqui levantadas. É carácter excepcional.

Não vou dizer que já se fez isso ou se não se fez, porque não me lembro, mas acima de tudo, se houver consenso, devido ao debate e ao esclarecimento político, isso não contraria o espírito do Regimento e muito menos a vontade política desta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Almeida e Sousa diz que corrobora esta sugestão. Com respeito ao Sr. Deputado Paulo Valadão já percebi que sim, porque a proposta é dele.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS e o próprio Governo estarão naturalmente interessados em que todas as questões trazidas a este plenário sejam debatidas. Como é necessário consenso de todas as bancadas para se fazer esta alteração, não será o Grupo Parlamentar de PS que se opõe a isso, embora nos pareça que todo este esclarecimento poderia ser feito em próxima reunião uma vez que, segundo informações do Sr. Secretário, ele vai recolher as intervenções produzidas aqui e na próxima sessão daria a resposta conveniente.

De qualquer forma ainda queria acrescentar só mais uma coisa: isto cria aqui algumas dificuldades, não ao Grupo Parlamentar, mas ao Governo por uma questão de agenda, porque o Sr. Secretário teria outras matérias a tratar, já agendadas.

Assim sendo, e sem que isto seja considerado um precedente ou uma praxe para o futuro e como situação muito excepcional, o Grupo Parlamentar do PS aceita que seja concedido tempo ao Governo, exclusivamente nesta matéria e propunha um período de 15 minutos, se não houver inconveniente da sua parte e das outras bancadas.

Presidente: Gostaria de saber se seria um período global de 15 minutos ou se seria 15 minutos e haver debate e depois voltar a dar a palavra em dois período de 5 minutos, por exemplo.

Deputado Fernando Menezes (PS): Este seria o tempo para o Governo responder sobre esta matéria.

Presidente: Eu não me fiz explicar. Então fala 15 minutos e não há mais perguntas.

Deputado Fernando Menezes (PS): Seria 15 minutos no total, podendo usar períodos de 5 minutos.

Presidente: A minha ideia também era essa, para não prolongar muito tempo, mas, para ser mais sincero, a minha sugestão até era esta: tinha pensado dar 5 minutos para o Governo responder à primeira, dava uma volta pelos partidos e depois mais 5 minutos ao Governo e acabava. Esta era a minha sugestão para não prolongar eternamente o debate.

Portanto, o Sr. Secretário Regional usava da palavra agora, permitiria aos Grupos Parlamentares que pusessem mais alguma questão e o Sr. Secretário voltaria a responder.

Pode ser assim ou não?

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tenho nada contra essa proposta, mas queria só lembrar que o Grupo Parlamentar do Partido Popular só tem mais 6 minutos para usar neste período de antes da ordem do dia e o Sr. Deputado João Greves está inscrito para fazer uma intervenção, e deste debate pode surgir alguma questão em que haja interesse da parte do nosso Grupo Parlamentar pedir mais algum esclarecimento ou fazer alguma intervenção.

Posto isto, queria saber da parte dos presidentes dos outros grupos parlamentares se estão dispostos também a alargar um pouco este tempo do PAOD ao Grupo Parlamentar do Partido Popular?

Presidente: Sobre essa questão acho que só há uma solução possível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vamos perder muito tempo com isto.

A sugestão que eu faço é a seguinte: se há uma limitação do período de antes da ordem do dia, que haja uma espécie de prorrogação genérica deste período, distribuído pelos partidos aqui representados, tendo em conta o número de deputados e tendo em conta aquilo que o Governo costuma ter e assim se resolvem todos os problemas.

É evidente que não vai ser mais uma hora, mas será o tempo que V. Exa., do alto da sua sabedoria, certamente saberá dar com bom senso e equilíbrio.

(Risos da Câmara)

Presidente: Pelos partidos distribui-se 30 minutos e o Governo dispõe de 15.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (*Ricardo Rodrigues*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho imenso prazer em responder às perguntas que directamente dizem respeito à Secretaria Regional do Ambiente e acho que este é o local próprio para o fazer. Independentemente doutros compromissos acho que este é prioritário e tenho o maior prazer em estar aqui convosco para vos dar conta de quais são as minhas ideias, em concreto, relativamente àquilo que foi levantado neste momento.

Começava pela vulgarmente denominada urze que atinge praticamente três ilhas: Flores, Pico e S. Jorge que são as ilhas onde essencialmente esse problema tem sido levantado.

Penso que não vou contrariar muito aquilo que já era prática do anterior Secretário do Governo Regional relativamente a essa matéria, mas aquilo que eu entendo é o seguinte: a urze azórica é uma planta que está proibida a apanha pela Convenção de Berna. Esta Convenção foi ratificada pela legislação portuguesa dois anos depois do surgimento da Convenção de Berna, pela Assembleia da República.

Seguidamente à Convenção de Berna seguiram-se outras directivas comunitárias relativamente aos habitats, ou seja, há um sequência legislativa da Comunidade Europeia relativamente à conservação da natureza. Quando se fez esta Convenção não havia nenhuma directiva sobre conservação da natureza que veio a surgir mais tarde e que, portanto, previu as zonas de áreas protegidas, ou seja, dos habitats.

Assim sendo, penso que é possível fazer uma interpretação tendo em conta os vários textos legislativos produzidos pela Comunidade Europeia e que Portugal está obrigado a cumprir.

O meu entendimento e interpretação dos vários textos é de que, embora seja radicalmente proibido cortar uma planta que seja da "erica azórica" ou seja da urze ou da vassoura, a produção da Directiva Habitats, posterior à da Convenção de Berna, veio permitir que a conservação da natureza se faça privilegiadamente na zona dos habitats ou seja das áreas protegidas.

Assim sendo, o meu entendimento sobre essa matéria é de que nas áreas protegidas, nas áreas classificadas é definitivamente proibido cortar qualquer uma das plantas que se encontram na Convenção de Berna e que Portugal está adstrito, ou seja, Portugal está vinculado a cumprir.

Nas zonas fora das áreas protegidas não é possível ter o mesmo entendimento uma vez que não estamos aqui a criar habitats novos, porque eles já estão definidos, contudo penso que é indispensável uma autorização, caso a caso, do Secretário Regional e ele tem competência para o fazer, mas também não pode ser de forma aleatória o corte generalizado dessas plantas. Portanto, em princípio, serão autorizadas, caso a caso.

Quais são os casos que fora das áreas protegidas não deverão ser autorizados? São aqueles exemplares, que há bocado se falava, de grande porte de 80 e 100 anos que constituem de per si uma riqueza própria e que interessa conservar. Tudo o resto, arbustos ligeiros em pastagens, cuja vocação não é a de protecção da natureza, mas sim o cultivo e a produção pecuária, naturalmente que não nos opomos ao corte dessas espécies.

Quanto à Lagoa da Lomba da ilha das Flores, há pouco tempo tive a oportunidade, numa das primeiras iniciativas da Secretaria Regional do Ambiente, de apresentar um plano de requalificação de algumas das lagoas açorianas, entre as quais a requalificação de algumas lagoas de São Miguel, algumas da ilha do Pico e também das Flores.

Tenho o maior prazer em comunicar por escrito ao Sr. Deputado Paulo Valadão e aos deputados da Ilha do Pico as intervenções que em concreto irão ser feitas nas respectivas lagoas tendo em vista a requalificação ambiental.

Nós vamos adquirir algum equipamento para a protecção dessas zonas lacustres e, portanto, estamos preocupados, como de resto já era de esperar, com as lagoas dos Açores.

Relativamente ao aterro sanitário, o Sr. Deputado da Ilha dos Flores, do Partido Socialista, teve a oportunidade e esplanar a matéria. Trata-se dum problema essencialmente e prioritariamente da competência das câmaras municipais que não se entendem quanto à localização do aterro sanitário.

Uma das minhas preocupações é deslocar-me à Ilha das Flores, tentar encontrar um consenso com os Srs. Presidentes das Câmaras e não sendo possível encontrar esse consenso estou na disponibilidade de propor ao Governo medidas concretas que penalize os Srs. Presidentes das Câmaras por não encontrarem o local adequado para o aterro sanitário.

Não é admissível que nas ilhas dos Açores continuem a existir lixeiras, não é possível existir alguns aterros sanitários que se comportam como lixeiras e, portanto, nessa matéria vamos ser rigorosos e vamos tomar medidas concretas relativamente a esse assunto.

Relativamente a São Jorge e ao Sr. Deputado Manuel Brasil que era a única pessoa que eu esperava que pudesse falar sobre a falta de iniciativa da Secretaria Regional do Ambiente uma vez que a sua "ilha" à qual eu já me desloquei, com muito gosto, e desloquei-me lá para propor e ter medidas concretas.

V. Exa. teve a oportunidade de me acompanhar nalguma parte da visita, naturalmente que também teve a oportunidade de perceber que a acção imediata na zona da Caldeira da Fajã de Santo Cristo vai ser rápida e espero que seja eficaz. Contudo estou convencido que não conseguiremos, nem eu nem ninguém, inverter o processo natural da natureza, mas vamos tentar retardar o processo natural de encrustamento do poeiral para a costa e vamos também tentar atrasar e retardar, como também ouvi do técnico que tive oportunidade de fazer deslocar à ilha de São Jorge.

Estas são as primeiras questões que ficam ao dispôr dos Srs. Deputados.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Começaria por onde o Sr. começou, ou seja, pelo problema da urze e que estou plenamente de acordo com as afirmações que fez. Dá a impressão que pelo menos em palavras impera o bom senso. Esperemos que na prática se mantenha esse bom senso, porque efectivamente em relação às áreas protegidas estamos totalmente de acordo que tem que haver protecção, mas mais do que protecção penso que tem que haver fiscalização por parte dos serviços, tem que haver, porque são zonas protegidas e no caso das Flores são zonas do domínio público, são zonas da responsabilidade da própria Região, o cumprimento da legislação em relação a essas áreas protegidas, porque só assim é efectivamente possível manter aquilo que hoje existe, mas mais do que isso ainda é necessário que haja trabalho de protecção a essas próprias áreas, porque nessas chamadas áreas protegidas começamos a ver serem invadidas por vegetação que nada tem a ver com a nossa vegetação tradicional, com a nossa vegetação autóctone.

Lembro, por exemplo, que na chamada zona central das Flores, onde essa vegetação está lá há muitos anos e começa a ser invadida por aquilo que nas Flores nós chamamos "cana roca", por aquilo que em S. Miguel chamam "rocas" etc. que se não houver por parte dos serviços públicos alguma preocupação, essa própria vegetação autóctone será destruída por essa e por outras plantas invasoras.

V. Exa. também fala no problema das lagoas e concretamente da Lagoa da Lomba. Há coisas que foram feitas e que têm, efectivamente, que ser estudadas no sentido de serem modificadas.

A mim revolta-me quando chego a essa lagoa e vejo que foram os serviços públicos que introduziram, junto à própria lagoa, espécies que nada têm a ver com a nossa vegetação.

Não sei o modo de resolver a situação, mas ela tem que ser resolvida, porque, no caso das Flores, nós da nossa parte estamos em total desacordo que se façam plantações, seja de que árvore for, importada e introduzida na área de protecção das lagoas. Pensamos que essa área é uma área por excelência para que a

chamada vegetação da "Laurissilva" possa progredir, possa desenvolver-se e estejamos a falar e a pensar que, por exemplo, em zonas baixas, em zonas do domínio privado, vamos andar numa autêntica perseguição às pessoas por não estarem a cumprir aquilo que está determinado e estejamos a deixar, na zona que deveríamos ter uma grande atenção, que nada seja feito ou que se faça de qualquer maneira e de qualquer modo.

Relativamente ao problema do aterro sanitário, Sr. Secretário, pensamos que é um problema que tem que ser resolvido e resolvido com o diálogo e não podemos admitir que as câmaras não se entendam ou não se queiram entender.

Esta situação, em nosso entender, é uma situação que tem que ser resolvida custe o que custar e pensamos que é possível dialogar com as pessoas e não é pelo facto de alguém querer numa determinada zona e outras quererem a 2 ou 3 quilómetros que não vamos fazer o aterro sanitário.

Dá-me a impressão que ainda não houve vontade política de ninguém para, de uma vez por todas, resolver esta situação, porque não é admissível, como disse há pouco, que continuemos a ter lixeiras em zonas de interesse turístico. É obrigatório por parte dos responsáveis, sejam eles quem forem, que se sentem a uma mesa e se entendam no sentido de avançarmos com urgência, porque isto é uma matéria, em nosso entender, de máxima urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar também pela urze e por registar que, aliás, já tinha começado a registar, segundo informações do Sr. Deputado Europeu Paulo Casaca, que os agricultores, as pessoas iam deixar de ser perseguidas por cortar urze. Estranhei, embora congratulando-me, porque quando denunciei que havia perseguição por causa de urze, da parte do Governo e dos seus apêndices, sempre disseram que não havia perseguição. Afinal havia no período em que o Sr. Secretário Fernando Lopes foi responsável pelo ambiente. Nesse período houve mesmo perseguição por causa de urze e a prova é que o Sr. Deputado Europeu veio agora dizer que ia deixar de haver e isto confina-se àquela época, porque, que

eu saiba, não mudou legislação, não mudou mais nada, mudou apenas o bom senso e congratulo-me por esse bom senso ter finalmente chegado, embora tenha pena de algumas pessoas que já ficaram prejudicadas, quer em termos financeiros directos, quer por via indirecta pelas perseguições que foram feitas quando o Sr. Secretário, Fernando Lopes, tutelava o ambiente. Portanto, esta era a primeira palavra que tinha para dizer em relação à urze.

Também gostaria de lembrar ao Sr. Secretário, que vai ao Pico em breve, que tem vários outros temas que se tivesse havido o mesmo esforço e a mesma boa vontade que houve relativamente à urze, pela positiva, se calhar podiam ter sido resolvidos e falo concretamente da devida regulamentação em termos de forma de lei do regulamento da paisagem protegida da vinha; falo das orlas marítimas na generalidade e da orla marítima das Lajes em especial, que também pouco foi feito nestes últimos três anos; falo dos apoios para o aterro sanitário; da regulamentação e protecção à montanha do Pico, que tem sido praticamente esquecida.

Portanto, lembro isto aqui não com grandes esperanças, mas com a certeza de que o Sr. Secretário tendo vindo para o Governo agora, tão próximo do fim do mandato, não veio obviamente para resolver estes problemas, mas sim para dizer que ia resolver e que ia tentar impôr uma nova reflexão sobre estas matérias.

Assim sendo, pelo menos essa esperança fica, porque em 8 meses não vai conseguir resolver nada, mas o Sr. Secretário se resolver nem que seja só o problema da urze, já não é mau, já que os outros nós já sabemos que não pode ser.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à urze, também já aqui foi focado e gostaria, neste caso, de louvar o Sr. Secretário por essa sua boa vontade, mas gostaria de deixar ficar aqui uma outra preocupação: é que a sua boa vontade aqui demonstrada, espero que depois não seja complicada no terreno, ou seja, espero que os nossos

agricultores quando precisarem de limpar as suas pastagens dentro de zonas que não sejam áreas protegidas, evidentemente não tenham depois os guardas florestais ou guardas da natureza atrás deles como já o tiveram no passado a causar-lhes graves problemas, a ameaçá-los com prisão ou outra coisa do género.

Portanto, espero que o Sr. Secretário arranje um esquema de modo que as pessoas tenham acesso rápido a ele, para não complicar, porque se é só a sua boa vontade aqui e a complicação lá, não vamos a parte nenhuma, ficamos na mesma. Em relação a esta questão tenho que deixar aqui este apontamento, para que no futuro nós possamos ver se as coisas funcionam ou não.

Quanto à questão ainda da Caldeira de Santo Cristo, Sr. Secretário, é verdade que o Sr. foi lá e tomei parte na reunião, mas o Sr. foi lá fazer aquilo que em gíria popular, nós dizemos "apalpar o pulso à situação".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é apalpar, é medir o pulso!

O Orador: O Sr. não levou soluções, o Sr. foi ver o que é que podia fazer e levou técnicos de qualidade consigo e ainda bem que levou. Penso que esses técnicos enriqueceram bastante a situação e que lhe devem ter dado ideias. Portanto, se daqui para o futuro o Sr. não actuar é porque o seu Governo não quer e não será por causa de já não terem levado um substrato técnico que lhe permite actuar. É preciso que fique aqui registado que daqui para o futuro se não funcionar a culpa é já só da Secretaria e do Governo, mas atenção, se não funcionar em tempo útil, porque há muitas formas de resolver os problemas: um é chutá-los sempre para a frente devagarinho, com o ante-projecto, com o projecto, com a aprovação do projecto e assim sucessivamente e os problemas vão-se mantendo.

O Sr. disse uma coisa há pouco na sua intervenção que a mim deixou-me um bocado preocupado e que foi que a solução da Caldeira de Santo Cristo, a natureza vai-se encarregando dela.

É evidente que a natureza encarregar-se-á dela...

Deputado Fernando Meneses (PS): Não foi bem assim!

O Orador: ...muito depressa se nós não tivermos a preocupação de fazer uma preservação constante e permanente, porque se tivermos o cuidado de fazer uma preservação constante e permanente, evidentemente que não quero dizer que não vá, porque até pode acontecer um cataclismo qualquer e ela ir de um momento para o outro, aliás, nas leis da natureza isso está tudo previsto, mas aquilo que nós temos que prever e temos que exigir é a preservação daquilo tal qual conforme está. Essa é que é a questão fundamental, Sr. Secretário.

Eu pus aqui outros problemas, que embora não sejam directamente consigo, como é o caso da apanha de amêijoas, que é aí com o seu colega do lado, o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, o que queremos é que o Sr. se entenda com o seu colega da Agricultura e Pescas e que o Sr. lhe diga que dentro duma área ecológica especial não pode estar a passar-se a rebaldaria que lá se passa sem haver fiscalização à apanha de amêijoas de qualquer forma e feitio, porque isso não pode ser.

Quanto à questão de se levar 3 anos à procura dum guarda, e um só não chega, não sou eu que tenho que apontar as soluções, mas sim os Srs. é que têm que as ter. Agora, o que é verdade é que elas não existem. Esta é que é a verdade nua e crua e o mesmo se passa também, por exemplo, com o Ilhéu do Topo e que o Sr. não apresentou nenhuma solução e está completamente ao abandono, como estão todas as outras áreas protegidas.

Portanto, eu gostaria de saber, sobre estas áreas protegidas que a Região tem, o que é que o Sr. Secretário pretende fazer e quando é que vai fazer?

Nós sabemos e estamos conscientes que há determinados problemas que não se resolvem realmente com uma varinha mágica, agora pôr um pouco de disciplina nas áreas protegidas, para isso não é preciso nenhuma varinha mágica, é só uma questão de pôr pessoal que não está a funcionar e devia de estar. Não me parece que seja questão de varinha mágica nenhuma.

Há também uma outra questão que eu gostaria de ter uma noção dela.

Uma vez que o Sr. tem a Secretaria do Ambiente, como é que fica o ordenamento do território? Vamos ter outra vez uma capela dum lado e outra do outro e depois como é que nos vamos entender nesse campo? Burocratizam-se

as coisas? Esta é uma outra questão que se fosse possível gostaria ter um esclarecimento dela.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por felicitar o Sr. Secretário do Ambiente que até que enfim faz a sua estreia, suponho eu, se não estou enganado, na defesa de questões ambientais, depois de passar pela defesa aqui da agricultura e depois de passar pela defesa da imagem política de Carlos César, enfim, tem a sua oportunidade de falar do ambiente. Não foi por culpa sua, evidentemente, embora na primeira intervenção que fizemos no plenário passado poderia ter aproveitado para expôr as suas ideias em relação ao ambiente. Entendeu não o fazer, muito bem.

Em relação às matérias que foram aqui tratadas, fico algo preocupado pela forma como as coisas estão a ser aqui postas em relação àquilo que é, efectivamente, protegido.

Quando o Sr. Secretário avança com essa facilidade ou facilitismo em relação à urze e outras espécies do género dizendo que é possível apanhar, que não há problema nenhum e deixar um certo vazio e até certo ponto uma certa confusão, porque o Sr. sabe muito bem que há situações em termos de protecção de áreas que não estão perfeitamente definidas.

Ainda esta semana o Sr. Secretário teve a oportunidade de prestar algumas declarações em relação a áreas protegidas, nomeadamente no caso concreto das zonas de protecção especial e a referência que fez aos habitats, naturalmente que se estava a referir àquilo que vai dar origem à Rede Natura 2000, em 2004, embora a gente saiba que em 2004 a Rede Natura 2000 possivelmente não vai estar constituída, que não resulta exactamente destes habitats, mas também da directiva das aves de 1979, da mesma altura da Convenção de Berna.

Portanto, tudo isto vai conjugar para a tal Rede Natura 2000 que inclusivamente o Sr. Secretário esta semana passada disse que não passava de uma mera lista indicativa e, ao fim e ao cabo, até tem alguma razão.

Concretamente existe um caso nas Flores que faz parte dessa lista dos tais habitats, mas que não tem figura jurídica e não está efectivamente protegida e, aliás, há alguma confusão mesmo em termos europeus nesta matéria.

Portanto, partir para uma situação de "pode-se apanhar", partindo do princípio que as zonas estão protegidas, existem zonas que não estão protegidas, não há um plano de gestão, infelizmente, nos Açores para a maioria dessas zonas.

Penso que, antes de avançar com qualquer afirmação nesta matéria, pode ser perigosa em termos práticos em que pode haver muita confusão, ou seja, poder-se apanhar num lado e não se poder apanhar no outro, haver um fiscal que é mais activo e mais persistente num lado e menos persistente noutro, é preciso fazer a clarificação de toda esta situação, ou seja, saber aquilo que está efectivamente protegido por lei, aquilo que está em vias de o ser, que é a tal lista, por exemplo, que vai constituir as sete zonas especiais de conservação.

Ainda em relação a esta matéria convém lembrar uma resolução que saiu em 1998 sobre esses habitats a serem propostos à Comunidade Europeia, numa primeira fase. Ficou também consagrado nessa resolução que havia uma segunda fase e esta ainda não foi feita. O próprio Ministro Sócrates, com alguma satisfação, diz que a lista de zonas especiais de conservação estava concluída, mas sabemos que a segunda fase dos Açores não está concluída. Poderão entender que não vale a pena ir para a segunda fase, mas é preciso clarificar esta situação.

Em relação às lagoas, sim senhor, temos um plano novo. Não sabemos se o seu plano, para nos entendermos, anula o plano do antigo Secretário do Ambiente ou se vai ser a conjugação dos dois, agora o que é certo, e tenho que admiti-lo, o seu plano operacional de requalificação de lagoas vai mais além do que o plano anterior. Nós temos que admitir isso, mas também todos sabemos que não é o plano que nós queremos. É um plano muito a curto prazo, é um plano destinado a tratar uns sintomas, não é um plano que vá directamente às causas, não é, em termos globais, um plano estratégico.

Ainda em relação a esta matéria há também um dado curioso que não queria deixar de maneira nenhuma de partilhar aqui convosco: a 7 de Julho de 1999

nós fizemos um requerimento a solicitar uma cópia do plano do antigo Secretário e só no dia 15 de Março deste ano é que o plano foi enviado para a minha casa, exactamente no dia que o Sr. se reuniu com as associações ambientais para tratar do outro plano. Portanto, não deixa de ser caricato e, no entanto, seguiu as vias regimentais. Eu não inventei uma via regimental, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há coisas que eu acho interessantes e até com piada para a discussão, mas há uma que me custa a tolerar que é a desconfiança sistemática que alguns dos Srs. Deputados começam a ter nos seus discursos e que é não acreditarem naquilo que eu estou a dizer, ou seja, estou a dar os primeiros passos no campo político, mas sempre me habituei na minha vida a que aquilo que eu acho que tenho razão, aquilo que eu acho que é para se fazer e que digo de forma aberta e de boa fé, que a primeira questão que se coloca do lado de lá é desconfiarem. Eu acho que as questões são para serem tratadas seriamente e, portanto, se são para serem tratadas seriamente é no sentido de que da afirmação que eu faço é que a vou cumprir.

Portanto, eu também sei que posso ter problemas de percurso, mas não desconfiem é de que minha intenção e motivação é de levar à prática aquilo que eu afirmo, que são as minhas convicções. Esse é um pano de fundo sobre a minha personalidade e sobre a minha forma de ser.

Quanto à fiscalização, ora bem, "preso por ter cão, preso por não ter cão".

Alguns dos Srs. Deputados dizem que é preciso fiscalizar e nomeadamente o Sr. Deputado Francisco Xavier diz que não se pode ser tão laxista como isso. Devo dizer que tenho a minha ideia e a minha ideia quanto à urze foi aquela que eu disse e não a vou alterar. De resto, acho um bocado injusto, porque na

Secretaria que eu fui ocupar vi que o Sr. Secretário Fernando Lopes fez várias autorizações de cortes de urze.

Portanto, eu tenho agora esta ideia sistemática sobre a forma de cortar a urze, ou seja, onde é possível cortar a urze. Estou convencido que as áreas classificadas que existem são suficientes para a manutenção daquela espécie. Agora há um processo: eu estou obrigado a cumprir a lei e os cortes de urze, e isto que fique bem claro, têm que ter uma autorização expressa do Secretário Regional do Ambiente, porque isso está na lei e eu não posso dar voltas à lei e sempre que o Sr. lavrador ou alguém quiser cortar a urze vai ter que pedir autorização, vai ter que ir uma pessoa da secretaria ao local verificar as condições concretas para poder informar-me e eu autorizar ou indeferir. A minha autorização ou indeferimento é com base naquilo que vos disse.

Entendo que a Convenção de Berna teve uma actualização com a directiva dos habitats e essa é a minha interpretação sobre as consequências e a responsabilidade da interpretação que faço das directivas comunitárias.

Quanto às áreas protegidas e classificadas:

Ora bem, eu cheguei ao Governo e verifiquei alguma confusão, devo confessar, por parte também da Assembleia, mas também nacional e europeia sobre a classificação de áreas protegidas. Temos uma enormidade de figuras jurídicas sobre áreas protegidas, umas de natureza comunitária, outras de natureza nacional e inclusivamente algumas de natureza regional, que se sobrepõem no mesmo espaço, que cuja gestão é diferente se for um parque natural ou se for outro tipo de área protegida. Portanto, existe alguma confusão mesmo geográfica entre as várias áreas protegidas.

Já dei instruções ao serviço que tutelo no sentido de, de forma estruturada, fazer-se uma requalificação tendo em vista uma nova classificação que permita de forma definitiva perceber-se de que áreas é que estamos a falar.

Assim sendo, com a ajuda de técnicos do Instituto da Conservação da Natureza, que estão habituados a tratar deste assunto, vai ser solicitado um estudo que defina de forma mais ou menos rigorosa de que áreas classificadas é que estamos a falar, para que todos se entendam sobre áreas classificadas e sobre

áreas protegidas, para termos uma nomenclatura que seja consentânea com a definição da Comunidade Europeia, com a definição nacional e regional sobre essa matéria, para que haja uma definição que esclareça todos inclusivamente alguém, que não sendo deputado ou não sendo governante, queira saber sobre essas áreas.

Quanto às orlas costeiras e aproveitando o ordenamento do território, está em curso um caderno de encargos relativamente ao ordenamento de todas as orlas costeiras de todas as ilhas dos Açores com excepção do Corvo, e devo confessar que tive algumas dificuldades, Sr. Deputado, de excluir o Corvo, mas o ordenamento das orlas costeiras tem a ver muito com os usos urbanos ou com os usos que as pessoas dão à costa. Portanto, no Corvo temos a Vila do Corvo e tudo o resto da costa não me pareceu ser necessário, mas é um assunto que podemos tratar mais à frente no sentido de se é preciso um estudo de ordenamento para a ilha do Corvo. Não me parece, mas aqui estamos para analisar.

Devo dizer que está em curso o caderno de encargos relativamente a todas as ilhas que faltava, porque só existe ordenamento da orla costeira da costa Norte e Sul de S. Miguel, mas estou em condições de anunciar que eventualmente a meados de Maio começam a ser lançados os concursos de todos os planos de ordenamento das orlas costeiras de todas as ilhas.

Os Srs. Presidentes de Câmaras de todas as ilhas, com excepção de S. Miguel e do Corvo, já tiveram oportunidade de receber técnicos da Secretaria Regional do Ambiente no sentido de, em colaboração com as Câmaras Municipais, se proceder ao ordenamento das orlas costeiras, onde serão classificadas prioridades tendo em vista os riscos que a costa e a erosão podem ter e, portanto, as prioridades de intervenção nas várias ilhas dos Açores.

Relativamente à paisagem protegida da vinha do Pico, o Sr. Deputado naturalmente ainda não recebeu o convite, mas o Sr. Deputado e todos os deputados da ilha do Pico estão convidados para uma reunião a realizar no próximo dia 26 no Pico com todas as partes interveniente, tendo em vista arrancarmos com a regulamentação da paisagem protegida da vinha do Pico e

eu acho que é um assunto que deve ser tratado e deve ser pegado de frente, para utilizar uma expressão terceirense, no sentido da resolução e implementação imediata da regulamentação. Gostava de ouvir todas as pessoas envolvidas e por isso convidei os Srs. Deputados, os Presidentes das Câmaras e demais pessoas interessadas para participarem nesta primeira reunião que vamos levar a efeito.

Quanto à Fajã do Santo Cristo, eu quando cheguei ao Governo havia um protocolo assinado com a Associação dos Amigos da Fajã de Santo Cristo, entregando-lhes uma máquina e 5 mil contos e esta associação devia apresentar um plano de acção. Portanto, isto estava neste pé e o que eu fui lá fazer foi tentar ajudar os Amigos da Caldeira da Fajã de Santo Cristo.

Presidente: Sr. Secretário, tem apenas mais 2 minutos.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Estou à espera do projecto em concreto, porque sem um projecto de intervenção na Fajã da Caldeira de Santo Cristo não há nenhuma intervenção. Não pode ser uma intervenção casuística e o que eu disse foi que não posso impedir o processo natural da natureza e, portanto, vou tentar retardar esse processo o máximo possível.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o Sr. Secretário Regional só tem pouco mais de um minuto para responder à pergunta - e eu ia levantar aqui algumas questões que não têm a ver propriamente com aquilo que se tem falado até agora, mas sim com a área da qualidade ambiental - é preferível então deixar para um debate noutra altura. Provavelmente para o mês que vem farei uma intervenção na tribuna e havemos que conversar sobre isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar queria felicitá-lo e, em segundo, deixar só uma breve informação ao Sr. e à Câmara:

Quando o Sr. diz que o Corvo fica de fora no plano de ordenamento da orla costeira, realmente há necessidade de também haver um estudo, embora reconheça que o Corvo é uma ilha muito alta e que a Vila não tem grandes problemas nesta área, mas o que é certo é que há uma parte da Vila em que há 3 ou 4 habitações que estão junto, digamos, à orla costeira e era bom que também se fosse ao Corvo ver estes problemas, porque amanhã, devido à erosão de certeza que vamos ter problemas também nessa área, embora perceba que é uma área pequena, mas penso que também é de todo o interesse ter algum aproveitamento naquela zona.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é muito rápida, é só para fazer uma precisão ao Sr. Secretário:

O projecto que o Sr. disse que os Amigos da Caldeira iam fazer para a intervenção na Lagoa da Fajã da Caldeira de Santo Cristo, vai ser feito pelos Amigos da Caldeira ou vai ser mandado fazer pela Secretaria, com a ajuda, digamos assim, do parecer da Associação dos Amigos da Caldeira?

Era isso que eu gostaria que o Sr. Secretário precisasse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, mas atendendo a que o Sr. Deputado Manuel Brasil quis lançar confusão ou então dar um arzinho da sua graça para o público, porque quando se sentou acenou ao público.

De qualquer modo o que é certo é que se pronunciou sobre a área ecológica especial das Caldeira de Santo Cristo e o Sr. numa coisa terá de estar de acordo comigo: sabe perfeitamente que a postura deste Governo relativamente à

intervenção na área ecológica especial da Caldeira de Santo Cristo, tem sido uma postura séria. O Sr. Deputado sabe que foi este Governo que pela primeira vez lançou a discussão séria e pública sobre a Caldeira de Santo Cristo, inicialmente através dum "Workshop", promovido pela Associação Afonso de Chaves, onde o Sr. Deputado esteve presente. Mais recentemente o Sr. Secretário do Ambiente deslocou-se a S. Jorge para abordar esta problemática da Caldeira de Santo Cristo.

O Sr. Deputado, tal como eu, esteve presente numa reunião que se realizou na Ribeira Seca onde esteve atento às explicações de técnicos devidamente habilitados e para se pronunciarem sobre essa matéria.

O Sr. Deputado nessa reunião, julgo que concordou com a demonstração e as preocupações apresentadas por um professor universitário, que é geólogo. Se não concordou porque é que esteve calado. Quem cala consente e o Sr., tal como quase toda a assistência, mostrou-se, de certo modo, impotente perante aquela situação.

Portanto, o que me quis parecer foi que a maioria das pessoas que ali estavam, de facto, depois de ouvirem a explicação de quem percebe mais daquela matéria do que nós próprios, - nós temos o conhecimento empírico que temos e tem o valor que tem - e a intenção do Governo, de facto, é que se faça uma intervenção na Caldeira de Santo Cristo. Se assim não fosse não tinha investido 20 mil contos ou perto disso numa máquina que está em S. Jorge precisamente para ir para a Caldeira de Santo Cristo.

Também ouviu o Sr. Secretário do Ambiente nessa reunião dizer que a máquina, em princípio, iria para a Caldeira de Santo Cristo, mas o que era preciso efectivamente era que se soubesse qual era o trabalho que essa máquina ia fazer na Caldeira de Santo Cristo e foi isso que foi solicitado, porque até hoje ainda não há - e o Sr. Deputado tem que ser sério nesta coisas - um trabalho responsável ao nível da eventual intervenção dessa máquina naquela zona, que é uma zona muito sensível.

Foi dito por quem percebe que a intervenção da máquina se não fosse devidamente acautelada, programada e estudada, a "emenda podia ser pior do

que o soneto", ou seja, em vez de se pensar que se estava a fazer bem e a proteger aquela área ecológica especial, estava-se a acelerar, digamos, o processo de regressão inclusive ao nível da protecção daquele ecossistema que lá existe.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente não era para intervir mais vez nenhuma, mas o Sr. Deputado António Gomes ficou ciumento de eu dizer adeus para a bancada do público e eu quero-lhe tirar esses ciúmes dizendo-lhe que não havia namoro nenhum desses lados, Sr. Deputado. Portanto, V. Exa. pode também acenar, de vez em quando, para a bancada, porque faz-lhe bem ao braço e até é, digamos assim, fisicamente bom. Mas, deixemos os seus ciúmes de lado e vamos a casos mais concretos:

Sr. Deputado, em primeiro lugar, eu estive lá na reunião, mas as perguntas que eu fiz aqui são perguntas muito concretas e como não foram lá bem esclarecidas, fiz-as aqui e tenho todo o direito em as fazer.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, o Sr. diz que este Governo fez maravilhas em relação à Caldeira. Ó Sr. Deputado, este Governo ainda não fez rigorosamente nada em relação à Caldeira. Portanto, o Sr. Deputado está enganado. Está a tentar fazer, já tem uma máquina que foi comprada com o dinheiro de todos nós, está cá fora a apanhar banhos de Sol e vamos ver é quando é que ela chega lá dentro e o que é que vai fazer.

Sr. Deputado, este Governo tem andado sempre com ideias sérias sobre a Caldeira de Santo Cristo. Acredito que sim, agora aquela ideia séria que o Sr. vendeu, que já tinham feito os concursos para os guardas da Lagoa da Caldeira, essa ideia foi ou não séria!? Onde é que está o guarda? Foi o Sr. Deputado que disse, não fui eu, que tinham feito concurso na semana anterior e onde é que estão esses guardas? Isso é seriedade Sr. Deputado?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ele está a tirar um curso de formação.

O Orador: Se isso é seriedade eu não embarco nesse barco, quero outra seriedade à minha maneira que me parece que são mais correctas do que essa. De resto, evidentemente que estou como S. Tomé: "quero ver para crer", porque nada foi feito ainda e eu estou mandatado pelo povo de S. Jorge para defender este problema aqui e perguntar àcerca dele aquilo que eu entendo que devo perguntar.

É isso que eu estou a fazer, Sr. Deputado, e penso que tenho razão para o fazer.

Deputado José Maria Bairos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente. Tem ainda um minuto e meio.

Secretário Regional do Ambiente (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu disse lá, não sei se foi à sua frente ou não, mas isso não interessa, que a Secretaria pagava o projecto. Façam o projecto.

Esta é uma Associação que está interessada nisso.

Eu penso que tudo o que seja o envolvimento das populações locais, é muito melhor do que ser decidido de cima para baixo.

Deputado Mark Marques(PSD): Nós vamos criar uma outra associação, "Os amigos de São Jorge". Talvez vai dar certo!

O Orador: Não percebi, Sr. Deputado, mas naturalmente terá oportunidade de intervir se quiser.

Quanto aos guardas da natureza, este Governo teve a oportunidade de promover um curso e estão formados mais 22 guardas da natureza. Todos os anos vão sair mais vigilantes da natureza, porque eles são essenciais, agora há que distinguir só uma questão - e o Sr. Deputado sabe muito bem disso: em São Jorge e na Caldeira, o Sr. sabe que há questões que são de vigilantes da natureza e há questões que são de polícia e na Caldeira existem algumas questões que são de polícia, ou seja, eu não posso pedir a um vigilante da natureza que seja vigilante e que seja ameaçado continuamente de pistolas, que lhe queimem o carro, porque quem vai apanhar as amêijoas leva armas. Portanto, isto é uma questão de polícia e não é uma questão da Secretaria Regional do Ambiente. Não há

maneira de convencer, nem eu queria pôr em causa a segurança duma pessoa que trabalha por conta da Secretaria Regional do Ambiente, se o clima que se instala na sua ilha é o desta natureza. Portanto, clima desta natureza, é uma questão de polícia. Quando não houver esse clima, naturalmente que a Secretaria Regional do Ambiente disporá de todos os guardas que forem necessários para vigiar e conservar a natureza dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado António Gomes sinto, de facto, a necessidade de dizer duas ou três coisas:

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que nós estamos a seis meses ou menos do final duma legislatura, do mandato do Governo, eu quero muito claramente dizer, apesar da boa vontade aqui expressa pelo Sr. Secretário do Ambiente, que a postura do Sr. Secretário do Ambiente não vai branquear o que se passou durante três anos e meio na área do ambiente. Que isto fique muito claro e, portanto, quem foi responsável pela área do ambiente, durante três anos e meio, foi este mesmo Governo. Portanto, esta nova postura, que é uma postura que em alguns aspectos se considera positiva, não vem branquear o passado.

Isto é importante que se diga, porque o Sr. vem agora dizer que pela primeira vez se está a tratar do assunto com seriedade, porque foram postas em questão algumas coisas, em que algumas delas não são novidades. Dizer que a ida duma máquina lá para baixo podia ser "pior a emenda que o soneto", isso é um assunto já antigo e não é novidade nenhuma. O problema é que o Sr., no passado, trazia aqui a esta Casa esta questão duma forma leviana, duma forma facilitista e dizia que o Governo não resolvia porque não queria. Inclusivamente o Sr. chegou-me a dizer aqui que nos anteriores Governos só em vésperas de eleições e em campanha eleitoral é que tinha ido lá a Directora Regional tratar do assunto. Este ano não é ano de eleições regionais? Logicamente que eu não

estou dizendo que o Governo está a tratar deste assunto porque estamos em ano de campanha eleitoral.

Era bom que o Sr. percebesse claramente que este é um assunto complexo, hoje, ontem e há muitos dias. Está o Sr. Deputado percebendo. Portanto, esta é a questão que eu aqui queria clarificar.

E mais:

O Sr. vem-me dizer agora que a ida da máquina pode ser "pior a emenda que o soneto". Penso que tem alguns aspectos que é preciso ter cuidado.

Então este Governo deu 20 mil contos para comprar uma máquina sem saber se a máquina era importante e como é que devia ir para lá?

Deputado Mark Marques (PSD): Ela serve depois para outras coisas!

O Orador: Como é que é a gestão destes recursos financeiros, Sr. Deputado?!

Era isto que eu gostava que o Sr. me esclarecesse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu sei que o Sr. Secretário já não deve ter tempo para responder, mas não poderia deixar de dizer, muito rapidamente, duas ou três coisas.

Em relação ao processo de desconfiança, não sei propriamente para quem é que dirigiu esse processo de desconfiança, mas só lhe queria dizer, Sr. Secretário, que não se trata aqui de desconfiar de ninguém, nem sequer de desconfiar da política do Governo, trata-se simplesmente de submeter a política do Governo ao discurso fragmentado da oposição que é uma prática democrática em qualquer lado e se as medidas políticas são suficientemente fortes elas resistem ao discurso fragmentado da oposição. Não há que ter medo, faz parte das regras democráticas.

Quanto ao facto de ser laxista ou não, se percebeu assim, não foi minha intenção e peço-lhe imensa desculpa. Simplesmente chamei a atenção para a possível confusão que poderia existir.

Com a sua segunda intervenção percebi melhor o seu alcance, ou seja, uma coisa é autorizar caso a caso e outra coisa é pôr em causa a Convenção de Berna. Estou de acordo que se pode pôr em causa a Convenção de Berna,

porque é uma lei e as leis mudam-se, só que o processo será diferente, terá que ser mais cauteloso.

Em relação aos habitats eu continuo a dizer que a Rede Natura 2000 não resulta apenas da directiva dos habitats, resulta da directiva dos habitats e resulta da directiva das aves. Portanto, nós já temos 15 zonas de protecção especial propostas, que associadas às 23 ZEC (Zonas Especiais de Conservação), mais as outras da segunda fase, se houver, é que formarão, todas elas em conjunto, a Rede Natura 2000.

Quanto à confusão que poderá existir, até concordo consigo, porque há muita classificação, mas isso é uma questão processual e não é impeditiva da acção política. Há, por exemplo, legislação nacional para ser aplicada e temos que avançar para ela, já teve aqui na comissão e não foi avante, etc., etc.. Há muita coisa que tem que ser feita e que vem clarificar isso rapidamente. Uma coisa é a política comunitária e outra coisa é que temos a nossa própria estratégia regional. Portanto, a minha intervenção foi neste sentido e espero que agora tenha ficado clarificado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Simplesmente para dar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Eugénio Leal.

Julgo que não terá percebido bem. Eu não disse que estava contra a ida da máquina para a Caldeira de Santo Cristo, até pelo contrário, sou a favor e é nesse pressuposto que o Governo Regional, também pensando da mesma forma, fez a aquisição desse equipamento. O que eu disse foi que era preciso alguma prudência no tipo de trabalho que essa máquina irá prestar.

Também lhe queria dizer o seguinte: foi este Governo que, pela primeira vez, pediu a empresas da especialidade para fazerem um estudo sobre o comportamento da orla marítima naquela área ecológica especial. Foi inicialmente pedido um estudo a uma empresa que o Sr. Deputado bem conhece, que é a Consulmar, em que um dos seus técnicos esteve presente no "Workshop" promovido pela Associação Afonso Chaves e ele próprio, técnico

da Consulmar, virado para obras de protecção marítima, dizia que não tinha elementos para poder definir um trabalho de responsabilidade.

Foi já o ano passado, na sequência disso, que houve diligências e agora estão no terreno, através de um outro técnico, que é o Engenheiro Paulo Borges. É um técnico que está pela primeira vez a estudar as correntes naquela zona e a erosão costeira. Portanto, isso antes não existia.

Por outro lado, se o Sr. Deputado estivesse presente nas reuniões em que eu tenho estado onde se tem falado das questões relacionadas com a Caldeira e das preocupações que têm sido transmitidas por pessoas da especialidade, naturalmente que ia pensar como eu.

Somos pessoas responsáveis e temos efectivamente que fazer aquela intervenção que deve ser feita sem prejuízos no futuro. É isso que se pretende.

Queria-lhe chamar também a atenção para uma coisa, é que a Caldeira de Santo Cristo - e naturalmente o Sr. não sabe - tem 223 anos, nasceu no terramoto de 9 de Julho de 1757 e vou-lhe dizer mais: nos últimos 90 anos, aquilo que chamam o "Alpeirão" recuou 250 metros e a cerca de 400 metros da costa existe uma baixa que se chama a "Eirinha", aquela baixa que já está a esta distância da costa, pelo lado de fora dessa baixa existia pastagens no século passado e os pastores vigiavam as ovelhas pelo lado de fora dessa baixa que na altura era pastagem.

Portanto, isto é uma situação muito preocupante, agora que não reste dúvidas que eu sou a favor da ida daquela máquina para a Caldeira de Santo Cristo. É preciso que ela vá quanto antes, mas também é preciso saber-se qual a intervenção que se pode ali fazer, porque não quero que no futuro me acusem a mim e a outras pessoas que, tal como eu, movimentaram-se no sentido da máquina ir para lá e não quero ser acusado pelos nossos vindouros de ter contribuído para uma intervenção que, em vez de beneficiar a Caldeira de Santo Cristo, acabou por derreter aquilo por completo.

É essa a minha preocupação. É uma preocupação que eu tenho e é com toda a seriedade que ponho estas questões. Agora, se me perguntar se eu sou de opinião que a máquina vá para lá, eu digo-lhe que sim, porque sempre entendi

que deveria ir uma máquina para lá. Que se faça uma intervenção, eu estou perfeitamente de acordo e sempre me esforcei para que isso acontecesse.

Sinceramente, depois de pessoas da especialidade, pessoas competentes com currículo e com a formação que têm se pronunciarem e eu a assistir, porque sei ouvir, às preocupações dessa gente, também não há dúvida que tenho que estar preocupado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Prescindo.

Presidente: Para uma intervenção, no período de antes da ordem do dia, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretário Regionais:

A outro nível de funções públicas que exerço, gratuitamente e por simples DEVER de participação cívica, a minha primeira acção, neste simbólico ano 2000, foi dirigir uma sugestão a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social, em que se pede uma coisa muito simples e óbvia: a extensão da rede social, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/1997, de 18 de Novembro.

Esta iniciativa, tomada pelo XIII Governo Constitucional, teve e tem como objectivo dar continuidade e forma organizativa à "secular e fecunda tradição de entreatajuda familiar e de solidariedade mais alargada" em que "radicam inúmeras instituições particulares", assim como os "grupos e iniciativas de acção social disseminados por todo o País" ou "as múltiplas relações de entreatajuda na família, na vizinhança, na área de residência, na vida profissional, cultural e desportiva e no associativismo em geral".

Baseada na livre adesão por parte das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, a rede social encontra a sua maior eficácia "na capacidade de congregar iniciativas, de rentabilizar esforços, de activar a participação local e o envolvimento da comunidade, de dinamizar as redes de solidariedade existentes, de substituir as actuações mais isoladas, de promover respostas de investimentos adequados", perante o desafio

de erradicar as situações de pobreza que ainda permanecem e de promover o desenvolvimento social.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para além de tudo isto, que não é pouco, as comissões de acção social, emergentes daquela Resolução, permitem recolocar nos órgãos de poder local das freguesias as funções de coordenação e liderança em tão importante matéria, na justa expectativa de que "sem a criação de novos organismos nem aumento significativo de despesas, se fomenta a solidariedade social, se optimizem as diferentes capacidades de resposta e se adaptem, com base nessa dupla dinâmica, as novas medidas de política social que se vão tornando possíveis".

Assim, dando corpo ao tão celebrado princípio da subsidiariedade e agindo no sentido de que as pequenas comunidades locais acabem por encontrar uma acrescida razão de ser e uma nova forma de cultivo da auto-estima, "a rede social poderá contribuir decisivamente para a consciência pessoal e colectiva dos problemas sociais, para a activação dos meios e agentes de resposta e para as inovações recomendáveis".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Arredado de qualquer sentimento de sobrançeria que os longos anos de exercício de um cargo autárquico poderiam levar-me a comprar na feira de vaidades em que a vida política às vezes gosta de transmudar-se é, também, sem sombra de animosidade ou ressentimento por insucessos de que serei, possivelmente, o único responsável - pois estou na política por vontade e por gosto - acho que não procedo mal se lembrar a este nosso legítimo e esclarecido Governo que, nas pequenas comunidades locais, os chamados "órgãos de governo próprio" são as Assembleias e Juntas de Freguesia, eleitas por sufrágio directo e periódico, com funções de representação global dos interesses das populações, de forma incontornável e sem hipótese de substituição por quaisquer sucedâneos, chamem-se eles casas do povo, centros sociais paroquiais, corporações fabriqueiras ou outros que possam inventar-se para dar a volta a qualquer alegada conotação partidária.

Não alinhio, nem nunca alinharei, naquela concepção peregrina, por alguns defendida, de que, em termos " europeus", as freguesias não existem e são apenas uma originalidade da administração pública portuguesa, uma excrescência romântica do liberalismo oitocentista ou um patamar incómodo que, não podendo anular-se, mesmo em época de globalizações e novas utopias, pode, de algum modo, ignorar-se, passando-se ao lado, ou enfeitar-se com a atribuição de competências que provocam algum amargo sentimento de ridículo, como aquela do licenciamento e registo de canídeos e gatídeos ou a da compra de vassouras e sabão para as escolas do 1º. ciclo.

A situação de penúria e miserabilismo financeiro em que, apesar dos esforços feitos nos últimos anos, ainda vegetam as freguesias portuguesas arredadas da possibilidade de assumirem, plenamente, nos seus espaços territoriais, o protagonismo oferecido pelo generoso elenco das atribuições, logo fechado na parca lista de competências, quase todas, de resto, nas mãos dos municípios, que só as delegam a seu talante.

Desde o emblemático Decreto nº. 25, de 26 de Novembro de 1830, que criou as então chamadas "juntas de paróquia", transferindo para estas a prestação dos serviços de interesse público até então desempenhada pelas igrejas locais, as freguesias vem assistindo a um progressivo afunilamento do seu papel social, em benefício de entidades de diversa ordem, e até de importância discutível, que nada tem que ver com o exercício do poder local, na sua mais genuína e correcta acepção, como sempre defendeu o PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Através de uma concepção redutora, tanto o legislador impessoal como o decisor ao nível da prática política parecem caminhar para a construção de um quadro jurídico que reserva para as freguesias um papel residual, ficando a parte nobre da actuação no meio local, legalmente ou por contratualizações e parcerias, atribuída a outros organismos ou dependente de vontades estranhas ao povo que, de quatro em quatro anos, vai depositar na urna o seu voto carregado de esperança.

Apesar do que disse, este não é um problema exclusivo dos Açores, é um temas de interesse nacional, mas reflectir sobre ele é sem dúvida alguma contribuir para a sua solução, arrumando melhor a nossa casa e organizando, em moldes mais perfeitos, a nossa sociedade a bem do poder local e da população que servimos.

Tenho dito.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No seguimento desta intervenção do Sr. Deputado João Carlos Macedo, penso que não pode ficar apenas com os nossos aplausos e acho que é uma palavra que lhe é devida.

Em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela intervenção que fez e em segundo dizer-lhe muito claramente que, tal qual como eu penso, o ressurgimento e o reforço de alguma coisa que se está a perder ao nível das nossas pequenas comunidades, é imperioso e urgente.

É preciso, se calhar, voltar atrás no tempo e fazer reaparecer a relação da vizinhança que era saudável, que era solidária, que era amiga e que, ao fim e ao cabo, enriquecia a nossa própria vivência nas nossas pequenas comunidades.

Sem dúvida que afastar para o poder local, ao nível das freguesias, questões de ordem residual, sem as verbas apropriadas para levar por efeitos um plano de actividades que seja consequente e que tenha em vista o desenvolvimento local na célula mais pequena da nossa sociedade, enquanto estiver organizada, penso que é atirar para a desmotivação aqueles que abnegadamente ao longo dos anos se vão dando a esta causa da participação democrática na vida da sua comunidade, através da sua eleição para os órgãos do poder local das freguesias.

Penso que é necessário seguir e aprofundar as pistas que aqui nos deixa o Sr. Deputado João Carlos Macedo, porque efectivamente não creio que seja possível fazer avançar o ressurgimento duma nova mentalidade e duma nova postura mais preocupada com os outros, mais preocupada com o vizinho, mais preocupada com a comunidade em si se não for através desta célula mais pequena da nossa organização social que é a freguesia.

Sr. Deputado João Carlos Macedo, as minhas felicitações pela boa intervenção que aqui fez nesta Casa.

Presidente: Vamos agora fazer o nosso intervalo habitual que será de 30 minutos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trago hoje a esta assembleia. gostaríamos de ver resolvidas

São questões recentemente levantadas pela população da Ilha de São Jorge, as quais o Governo Regional deve dar respostas logo que lhe seja possível

Refiro-me, em primeiro lugar, a necessidade que os jorgenses tiveram em recorrer à importação de areia para construção civil.

De facto, S. Jorge está, neste momento, a importar areia da Ilha do Faial.

E porquê?

Apenas porque legislação comunitária impossibilita os jorgenses de terem acesso a algumas importantes reservas de areia da sua própria terra.

Eu próprio tive oportunidade de verificar a sua abundância, na passada semana juntamente com alguns autarcas.

Parece-nos que seria muito importante o Governo Regional iniciar um processo com o objectivo de possibilitar a extracção de areia em zonas abundantes.

A sua exploração poderia fazer baixar os custos da construção civil e por conseguinte contribuir bastante para o necessário melhoramento do parque habitacional, bem como iria facilitar a construção de habitação própria de muitos casais jovens.

O preço de construção civil em São Jorge está acima dos valores médios regionais.

Os jorgenses estão a ser muito penalizados com esta situação

Apesar de se sentir alguma dinâmica ao nível da construção de habitações em toda a ilha, mas com particular incidência nas duas sedes de concelho, existe um descontentamento geral. Uma

indignação por aquilo que acabo de relatar.

É certo que existem dificuldades sempre que se pretende alterar situações destas, mas quero aqui, em nome dos jorgenses, pedir ao Governo Regional uma atenção muito especial para este assunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui ainda uma outra preocupação.

Trata-se de um problema verificado nas Instituições que criaram improvisados Centros de Convívio para a 3.º Idade em São Jorge.

Criaram-se grupos de idosos relativamente grandes e que nos primeiros tempos tiveram assinalável êxito.

Passados alguns anos, verificam-se outras necessidades.

Pretende-se agora um acompanhamento mais cuidadoso destes idosos, ou seja, é imprescindível um acompanhamento por pessoas que tenham formação.

O Governo deve por isso encontrar uma forma de colocar animadores sócio-culturais nas instituições que promovem com frequência convívios para estes grupos

Em toda a ilha de São Jorge, e com particular incidência no Concelho da Calheta existem várias instituições que tem conseguido, com enormes

dificuldades, dinamizar estes grupos de idosos, apesar de não possuírem pessoal habilitado.

Refiro-me concretamente a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, a Cáritas de Santa Catarina e a Casa do Povo da Ribeira Seca.

Outras ainda, têm esse desejo como por exemplo a Casa do Povo do Norte Pequeno e do Topo

Verificamos que por acaso até existem pessoas com formação adequada para o efeito a residir em São Jorge. Mas para isso o Governo Regional deveria comprometer-se a apoiar essas mesmas instituições especificamente para esse fim.

Termino, solicitando ao Governo Regional a maior atenção para estas sugestões que hoje aqui deixo nesta Assembleia.

Disse. **Deputados Eugénio Leal e Mark Marques (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

Deputados Eugénio Leal e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela segunda vez em 14 anos, Portugal assumiu a partir de Janeiro, e durante este primeiro semestre, a presidência da União Europeia.

Portugal escolheu como tema central desta presidência a Europa social. E a Cimeira extraordinária de Lisboa sobre o Emprego, e que se realiza nas próximas quinta e sexta-feira, será o fórum, por excelência, desse debate.

Não é, contudo, a primeira Cimeira que tenta tratar este importante tema, uma vez que desde o Conselho do Luxemburgo, passando pelo de Cardiff e terminando no de Colónia - onde foi aprovado um Pacto Europeu para o

Emprego - que se vem discutindo e aprovando medidas de política para fazer da empregabilidade uma preocupação central dos governos europeus.

Mas, é justo dizê-lo, a estratégia para o emprego muito se deve à constante teimosia e à obstinação do Primeiro Ministro Português que, desde há dois anos, vem passando esta preocupação central do domínio das políticas nacionais, para o centro do debate da cooperação na Europa.

Esta Cimeira extraordinária sobre o Emprego, Reformas económicas e Coesão social assim como o seu esforço de preparação, confirmam que a preocupação com a Europa social está decididamente de volta. E o documento da Comissão Europeia que serve de contribuição para o encontro, é o melhor reflexo disso mesmo.

Nesse documento, o Executivo de Bruxelas, demonstrando já partilhar da mesma visão de António Guterres, afirma ter chegado a hora de a União Europeia tomar em mãos a missão de construir uma Europa socialmente mais justa, utilizando uma metodologia idêntica à que conduziu na última década à edificação do mercado único e ao lançamento do Euro. Sem pôr em causa a “pedra angular” da estabilidade orçamental, a Comissão Europeia sugere aos 15 que definam em Lisboa metas bem precisas, nos três pilares em que deverá assentar um novo paradigma de crescimento na União Europeia, e que são:

- 1) Emprego, coesão e modernização dos sistemas de protecção social;
- 2) Uma economia fundada na investigação e nas novas tecnologias de informação; e 3) nas reformas estruturais: aperfeiçoar o funcionamento do mercado único onde dentro de dois anos, 300 milhões de europeus de 11 Estados passarão a conviver com a mesma moeda.

No primeiro vector ou pilar, a Comissão Europeia propõe dar trabalho a quem quer trabalhar e propõe igualmente, promover uma sociedade mais inclusiva e coesa, sem com isso afectar a posição competitiva das empresas, nem sobrecarregar os já de si desequilibrados sistemas de segurança social europeus.

O objectivo, segundo a Comissão, deve ser fixado à priori e este objectivo é o pleno emprego em dez anos, isto é reduzir a taxa de desemprego dos actuais 10% para 4% em 2010.

Cabe aqui um parêntesis para referir a taxa de desemprego nos Açores: 2,7% no 4º Trimestre e 3,3% no ano de 99. Como a Comissão Europeia considera a taxa de 4% como de pleno emprego, podemos verificar a excelente situação que nesta matéria se encontra nos Açores: repetindo: 2,7% no 3º Trimestre, 2,7% no 4º Trimestre e 3,3% a taxa anual de 99

Para conseguir o objectivo do Pleno Emprego, o documento da Comissão, menciona alguns dos instrumentos a utilizar e que são:

- ajustar os sistemas de ensino e de formação profissional à era da Internet.
- Ligar em 2001 todas as escolas à Internet .
- Dar formação informática a todos os trabalhadores e jovens em fim de escolaridade, a partir de 2003 e a todos os cidadãos, a partir de 2005.

É de realçar que o objectivo, do pleno emprego, agora fixado, vai além da vaga promessa contida no Tratado de Amesterdão, onde os Governos dos Quinze apenas se dizem empenhados perante os cidadãos europeus, a trabalhar no sentido, de a prazo, lhes garantirem um “elevado nível de emprego”. Por outro lado este objectivo não é apenas fixado para constar no papel, está já quantificado.

Os cálculos feitos pela Comissão apontam para que a luta contra o maior flagelo social da Europa poder ser ganha no espaço de uma década, caso os estados membros se empenhem num esforço colectivo de criação de emprego, ou seja, para que a taxa de 4% seja possível em 2010, serão necessários a criação de 20 milhões de novos postos de trabalho no conjunto dos Quinze, aumentando a taxa de emprego dos actuais 61% para 65% em 2005, e para próximo dos 70% em 2010.

Para além da Comissão, esta meta já teve o apoio de Portugal, França, Bélgica, Luxemburgo e Itália, tendo o Primeiro Ministro britânico Tony Blair defendido igualmente que é preciso uma maior coordenação das políticas sociais na Europa.

Ainda neste pilar do Emprego, Coesão e Modernização dos sistemas de protecção social, a Comissão propõe também :

- Aumentar, até 2010, de 51% para 60% a participação das mulheres no universo da população activa.
- Aumentar em 25% até 2005, e em 50%, até 2010, o investimento em recursos humanos em percentagem do PIB.
- Reduzir até 2005, de 18% para 15%, e em 2010 para 10%, a percentagem dos europeus que vivem a baixo do limiar da pobreza.

Actualmente destes 18% que vivem abaixo do limiar da pobreza, 28% estão empregados e 24% na reforma. Ou seja, o emprego sozinho não é uma solução completa para vencer o desafio da exclusão social.

Neste sentido a Comissária Europeia Anna Diamantopolou defende, que “não podemos permitir que a sociedade da informação esteja dividida entre aqueles que têm e aqueles que não têm. O acesso tem que estar aberto a todos: às qualificações, à Internet e aos empregos .

Verifica-se assim, que o discurso dominante na política europeia, defende que a libertação do desemprego passa pela integração das políticas económicas, sociais, educativas e tecnológicas. E é nesta integração de políticas, nesta preocupação social, que se diferencia o modelo social europeu.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao 2ª pilar, “Uma economia fundada na investigação e nas novas tecnologias de informação” a Comissão Europeia refere que mais emprego exige uma taxa de crescimento sustentada da ordem dos 3% e exige, por isso, que a U.E. desenvolva uma nova e mais integrada capacidade de produzir inovação. O atraso face aos Estados Unidos da América no domínio da tecnologia digital, é uma das razões que explica o menor desempenho das economias da Europa relativamente a esse país.

O facto de a Europa ser o líder mundial nas comunicações móveis deve ser aproveitado, segundo a Comissão, para colmatar o atraso com que chegou à era da Internet.

No entanto o custo comparativamente mais elevado das chamadas locais na Europa, face ao que é cobrado nos Estados Unidos, é um travão que tem que ser rapidamente demovido. A Cimeira de Lisboa, sustenta a Comissão, deverá por

isso fixar como objectivo “a abertura das redes locais à concorrência e reduzir substancialmente o custo de acesso à INTERNET antes do final do ano 2000”.

Um outro ponto realçado pelo documento da Comissão é promover a mobilidade dos investigadores e fixar em 2002, objectivos comuns para estimular o investimento privado e a criação de empresas especializadas em tecnologias. Além de que defende o melhor ajustamento dos sistemas de ensino e de qualificação profissional às novas necessidades do mercado de trabalho, pois segundo referem “temos hoje mesmo na U.E. entre 500 mil e 1 milhão de postos de trabalho não preenchidos no sector das tecnologias de informação. “

Estas apostas deveriam ser acompanhadas por uma luta mais empenhada contra a pobreza e as mais diversas formas de exclusão social. Uma estimativa da Comissão refere que o custo da sub-utilização dos recursos humanos disponíveis e do “desperdício” económico subjacente se situa entre 10 e 20% do PIB europeu.

Nas reformas estruturais, o 3º pilar, a Comissão Europeia tem como projecto abolir completamente as fronteiras entre os países da U.E. Assim quer, que os Estados membros se comprometam a completar, em 2004, os processos de liberalização e integração dos mercados europeus de energia, a criação de um espaço aéreo único e o desenvolvimento de um corredor ferroviário para o transporte de mercadorias.

O lançamento do Euro por seu lado, torna urgente uma maior integração dos mercados financeiros, os quais devem estar, antes de 2005 plenamente integrados.

Propõe-se ainda definir o estatuto de sociedade europeia em 2000 e a adopção de um sistema único de registo europeu de patentes em 2001. No próximo ano, deve-se também começar a aplicar um novo plano de acção para simplificar as regras aplicadas às empresas. Segundo estimativas da OCDE, a burocracia acumulada (europeia, nacional e regional) resulta num desperdício que pode equivaler a 5% do PIB da UE.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até agora referi a perspectiva da Comissão Europeia e de alguns países da União relativamente a esta Cimeira. Mas na Europa que está em construção, a Europa da coesão social, há também a perspectiva dos parceiros sociais, que são parte interessada no desenrolar e nas conclusões desta Cimeira, e cuja vontade de mudança ou de correr riscos políticos terá de ser tida em conta.

Os Empresários portugueses, esperam que os resultados da Cimeira proporcionem condições para a criação de um enquadramento com vista a uma maior competitividade das empresas europeias, com o objectivo de serem tão competitivas como nos Estados Unidos.

Relativamente aos sindicatos portugueses desejam que esta Cimeira trate dos problemas da precariedade do emprego ou da falta dele. Por outro lado defendem que as conclusões possam traduzir-se em políticas viradas para o crescimento e emprego e também para a formação dos trabalhadores.

Quanto aos sindicatos europeus defendem que até 2005 a taxa de desemprego se situa nos 5% isto é, reduzir 1 p.p. ao ano. Por outro lado dizem que é chegado o momento dos países europeus afirmarem o mesmo empenho e determinação nas políticas de Emprego tal como os esforços que realizaram no caminho para a moeda única.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Cimeira de Lisboa sobre o Emprego pretende elaborar a Quinze uma estratégia comum que torne a economia europeia, no prazo de 10 anos, uma realidade tão forte, dinâmica e poderosa como a economia americana, mas sem abdicar da sua especificidade que é a manutenção do seu modelo de coesão social.

Isto é faz-se a ligação entre o combate ao desemprego e a exclusão social com o desenvolvimento da inovação e do conhecimento de que as novas tecnologias são um pilar essencial.

Assim, segundo esta perspectiva, a economia europeia para crescer ao mesmo ritmo dos EUA e para combater o desemprego, não terá que abandonar o modelo social europeu, e adoptar o modelo liberal. E não é só segundo esta perspectiva, pois é o próprio Michel Camdessus, director geral do F.M.I. uma

organização conhecida pelas suas ideias e terapêuticas liberalizantes que, numa entrevista antes de terminar o mandato, afirmou:

“A quase lenda de que o velho continente só poderá crescer mais rapidamente se se tornar anglo-saxónico é uma ideia ridícula. É preciso não confundir preservação dos valores sociais e culturais e imobilismo. A Europa tem de aceitar uma disciplina de mudança mas não tem de abandonar a sua cultura nem a sua linha fundamental de solidariedade com os mais pobres. Não deve apenas mantê-la, mas mesmo reforçá-la”.

Para Camdessus, a Europa deve abrir-se, tal como os norte americanos fizeram, a todas as novas tecnologias da informação que são a base do formidável desenvolvimento que se verifica nos EUA, e que acredita que a Europa vai também conhecer nos próximos tempos.

A Cimeira de Lisboa, pelas expectativas criadas e pelo esforço e debate já realizados na sua preparação, confirma que os países europeus trouxeram de novo para o centro do debate político a preocupação com o Emprego e com a Coesão Social europeia.

Esta preocupação deve-se, em parte, ao facto dos governos da UE serem, na maior parte, da responsabilidade de Partidos Socialistas em que os valores da Solidariedade e da Coesão social fazem parte dos seus programas. Mas, como já referi, o facto desta preocupação com a Europa Social estar definitivamente de volta deve-se à teimosia e às convicções sociais do Primeiro Ministro António Guterres, e para nós socialistas é muito encorajador pensar que para haver progresso e desenvolvimento, não é preciso sacrificar sempre o Emprego, nem abandonar princípios que sempre defendemos.

Disse!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A agricultura e a pesca são, sem sombra de dúvida, os dois pilares principais da nossa economia e de toda a Região. Tanto assim é que ainda há pouco assistimos a uma calorada discussão, felizmente vinda da bancada do PP, mais precisamente do meu colega que gerou uma grande discussão à volta destes sectores que vêm demonstrar que realmente eles são os sectores principais da nossa economia.

Mas, nas chamadas ilhas pequenas, qualquer variante nestes dois sectores, afecta directamente a economia das famílias mais desfavorecidas que, infelizmente, ainda são uma grande faixa, nas nossas ilhas e maior sempre será se o Governo Regional descurar as suas obrigações neste sector.

Dentro dessas obrigações os corvinos finalmente vêm erguer um pré-fabricado que vai servir para as Instalações dos Serviços de Desenvolvimento Agrário do Corvo, obrigações estas que já vinham de governos anteriores.

Já aqui muitas vezes fui porta voz desta velha aspiração da lavoura corvina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Julgo que, nestes dois sectores tão importantes da nossa economia que contribuem decididamente para o bem estar da população que aí optou por viver, não se deve utilizar nunca, a política do "racio".

Muitas vezes ouve-se dizer por parte de responsáveis políticos, incluindo membros do Governo, que para tão poucos nunca se investiu tanto... Fico muito preocupado se também algum dia o Governo da República usasse o mesmo argumento para a nossa Região.

Devemos olhar para o Corvo como uma ilha que, pese embora a sua reduzida dimensão, tem grandes potencialidades que é preciso desenvolver e apoiar nomeadamente os sectores que geram riqueza.

É dentro deste espírito que não basta o Governo ter agora criado as instalações de Desenvolvimento Agrário, é necessário também que se crie um quadro técnico polivalente permanentemente, no Corvo, por forma a ajudar, a incentivar e a apoiar a agricultura nos seus diversificados sectores, nomeadamente ajude os agricultores a acederem aos fundos comunitários, que

lhes permita rentabilizar as suas explorações em termos de modernidade, por forma a responderem, também eles, às exigências técnicas de nível europeu.

Fazem-nos imensa falta, sessões de esclarecimento.

Não basta o Governo fazer publicidade das datas em que os projectos podem ser apresentados e dizer "para mais informações dirija-se ao Serviço de Desenvolvimento Agrário da sua ilha".

Este tipo de informação tem por vezes efeitos perversos na medida em que as pessoas ouvem falar em prazos mas não tem a quem se dirigirem para serem informadas acerca daquilo que se trata, ficando com uma vaga ideia de que existem ajudas à lavoura e não só, ficando ao mesmo tempo com a angústia de que perderam mais uma oportunidade de se modernizarem e de que, uma vez mais, se atrasaram em relação às outras ilhas.

Ora, o desenvolvimento harmónico regional, sendo imperativo essencial da nossa autonomia, não pode tolerar ideias e comportamentos que, na prática, não vão de encontro às aspirações do povo daquela ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outro sector muito importante para a nossa economia é o das Pescas. Embora reconheça que o Governo tem feito alguns investimentos nesta área, contudo há que alertar para outros investimentos que também são necessários e urgentes, como é o caso da Pesca em embarcações de boca aberta, que é o tipo de pesca praticada no Corvo, porque dado as características da ilha e dos seus portos outra não se pode praticar no Corvo e embora reconheça que temos uma pequena frota, que são 7 ou 8 barcos, mas deles depende o mesmo número de famílias que se não tiverem boas condições para sair para o mar a sua vida económica é muito afectada.

Sabe-se que ser pescador não é vida fácil e ser pescador no Corvo ainda, às vezes, e é mais agravante dada a pequenez da ilha, o pouco abrigo aos ventos fortes que por ali passam e o mar alteroso. Contra tudo isto, estes homens tem de lutar e ter de lutar contra estas forças só pode ser feito por homens de têmpera rija. Só que estes homens, apesar de terem de lutar contra tudo isto,

ainda se vêm confrontados com outros problemas que, já várias vezes, têm sido expostos ao Governo, mas sem obter qualquer resposta concreta por parte do mesmo.

Só que estes homens, apesar de terem de lutar contra tudo isto, ainda se vêm confrontados com outros problemas que, já várias vezes, têm sido expostos ao Governo, mas sem obter qualquer resposta concreta por parte do mesmo.

É o problema que se prende com a necessidade da reparação da rampa de varagem, porque no estado em que actualmente se encontra, arriar uma embarcação pode custar ao pescador o risco de a perder como já ocorreu e quase sempre a necessidade de a consertar

É ainda o problema da falta de luz que ilumine a rampa aos pescadores que chegam de noite.

É também o problema da falta dum farol de enfiamento que, de noite assinale o porto de abrigo das embarcações, melhorando assim a segurança dos pescadores e das suas embarcações. Existe já o suporte para a instalação desse farol, só falta colocá-lo aí.

São preocupações que precisam de ser atendidas para se melhorar as condições de trabalho e de vida dos pescadores corvinos. São preocupações que precisam ser atendidas para se melhorar as condições e o trabalho dos que lá se vivem. É necessário e urgente que o Governo não descure este sector tão importante porque só assim podemos ter uma sociedade com menos falta de emprego, mais geradora de riqueza, mais autónoma e menos dependente. Só assim é que teremos uma autonomia mais sólida.

É necessário e urgente que o Governo não descure este sector tão importante porque só assim podemos ter uma sociedade com menos falta de emprego, mais geradora de riqueza, mais autónoma e menos dependente. Só assim é que teremos uma autonomia mais sólida.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):*Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos passar ao **Período da Ordem do Dia** e como primeiro ponto temos a **Proposta de Decreto Legislativo Regional 4/2000 - Adaptação à RAA do Decreto-Lei nº. 61/99,**

de 2 de Março, diploma que define o acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas e industrial de construção civil.

Está à discussão na generalidade.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo Regional traz a esta Câmara este diploma fundamentalmente baseado em alguns pressupostos e objectivos.

Desde logo fomos instados a fazer uma alteração legislativa a um diploma nacional, através de várias solicitações de algumas autarquias dos Açores, designadamente Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra e algumas autarquias de outras ilhas, porque este diploma nacional estava a criar várias situações de impasses ao licenciamento das obras particulares.

Gostaria de dizer à Câmara que o Governo entendeu que esta matéria era relevante para os Açores por dois motivos:

Em primeiro lugar, porque o sector da construção civil já representa o segundo sector de actividade económica nos Açores com cerca de 14%, seguido só depois em primeiro lugar pela agricultura e, naturalmente, também porque o regime de licenciamento de obras particulares têm vindo a ter um crescimento grande em termos de novas construções e de ampliações e, por exemplo, de 96 para 98 elas subiram de 1839 para 2.300 licenciamentos de obras particulares.

É por isso que, tendo em atenção esta matéria e segundo o entendimento do Governo, não corresponde a competência exclusiva da Assembleia da República ou do Governo da República, procurámos trazer aqui a esta Câmara um diploma que desse resposta a um sector da construção civil, nomeadamente a pequenos empreiteiros que, se fosse aplicado à Região o diploma nacional, ficariam impossibilitados de permanecer nessa actividade ou então, como se já estava a passar, teriam que pedir o certificado, como agora se chama, a outros empreiteiros de maior dimensão e isso seria feito à custa de algum preço que iria onerar o custo final dessas obras particulares.

Já a Região em 1992 se tinha deparado com um problema semelhante, mas este diploma nacional veio ainda agravar esta situação, porque as obras até 2.500 contos necessitariam, com este diploma, de um registo e as obras que antes dispensavam a autorização, não careciam de registo.

Portanto, este diploma nacional ainda veio apertar mais esta actividade, mas gostaríamos também de dizer que somos sensíveis a um parecer da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, nomeadamente através da "mesa da construção civil" que entenderia a necessidade de haver um regime transitório para que houvesse um grau de exigência também cada vez maior compatível com as normas comunitárias e com as normas nacionais.

O nosso entendimento é que por si só essa exigência não parece ser despropositada, antes pelo contrário, mas nós pretendemos, por um lado, - e já dissemos isso ainda hoje à "mesa da construção civil" da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada que haveriam aqui duas situações - a realidade regional, consoante as ilhas, é diferente e é diferente de S. Miguel para as outras ilhas e é diferente das ilhas maiores para as ilhas mais pequenas, ou seja, as dificuldades são cada vez maiores à medida que as ilhas têm também menos mercado e, por outro lado, nós estamos disponíveis para, com a Câmara do Comércio, estudar a possibilidade da Região, neste prazo que seria um ano proposto pela Câmara de Comércio, de arranjar uma forma, através de qualquer entidade, que faça e que permita o estabelecimento dos requisitos mínimos para haver um registo regional e permitir assim a esses empreiteiros começarem a ter e trilhar um caminho de maior exigência.

Pela nossa parte seria importante que esta Assembleia Regional aprovasse este diploma. Há situações nas autarquias dos Açores que nós temos conhecimento que já são algo complexas em termos dos licenciamentos que têm que ser dados e, naturalmente, há uma certa preocupação de alguns desses autarcas não haver um bloqueio a esses licenciamentos por via deste diploma nacional.

Portanto, nós estamos perante uma necessidade de, por um lado, dar resposta a uma exigência do todo nacional, adaptando num período à Região e, por outro lado, temos também a noção das preocupações de algum sector da construção

civil, nomeadamente dos empreiteiros de maior dimensão, de não se incorrer em situações de competição desleal ou de situações que até podem penalizar a equidade do sistema na Região Autónoma dos Açores, mas parece-nos que neste caso o equilíbrio, a lucidez e sensatez do caminho, quanto a nós, é a aprovação deste diploma não escamoteando o interesse do parecer da Câmara do Comércio, mas propondo também à Câmara do Comércio e deixando o compromisso do Governo Regional de, nesse prazo de tempo que foi dito pela Câmara do Comércio, arranjar uma solução que permita os registos na Região Autónoma dos Açores.

Embora o problema ainda não esteja estudado pelo Governo Regional na sua totalidade, o que nos parece é que essa matéria não é exclusiva da Assembleia da República e do Governo da República e, por outro lado, o próprio Governo da República tem aprovado no seu programa desta última legislatura uma medida que diz que a Região terá possibilidade de adaptar às suas especificidades o regime próprio de empreitadas e obras públicas.

É com esta intenção que trazemos aqui este diploma à apreciação da Câmara e esperamos a sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma que o Sr. Secretário acaba de apresentar trata da adaptação do Decreto-Lei 61/99, de 2 de Março, à Região.

Este Decreto-Lei fazia algumas dificuldades, como também o Sr. Secretário já apresentou, aos pequenos empreiteiros, designadamente antes só era necessário autorização a partir de um certo montante, consoante o valor da obra, nomeadamente para obras de valor superior a 2.500 contos o exercício da actividade industrial de construção civil depende de autorização e a sua titularidade é comprovada pela obtenção dum certificado de classificação inicial de construção civil, conforme diz esse diploma 61/99, no artigo 3º., nº. 2, alínea b) e para as obras de valor até 2.500 contos o exercício da actividade industrial

de construção civil depende de registo e a sua titularidade é comprovada pela obtenção de um título de registo, conforme o disposto no artigo 3º., nº. 1.

Portanto, é nesta situação de ser necessário a obtenção de um título de registo que há a necessidade deste diploma ser debatido e aprovado neste plenário.

Na Comissão de Economia foram pedidos pareceres sobre este diploma, designadamente à Câmara do Comércio. A Câmara do Comércio deu o seu parecer que a Comissão de Economia, numa primeira análise, achou por bem ter em conta principalmente aquela parte que dizia respeito à transitoriedade, ou seja, que este diploma a ser aprovado fosse transitório num intervalo que a Câmara do Comércio propunha de impreterivelmente 2 anos a contar da data da publicação do diploma nacional.

A Comissão achou por bem que a contagem do tempo seria 2 anos a partir de 2 de Março de 99 ou 1 ano a partir da data da aprovação deste diploma e que poderia, em termos de prazo, ser igual àquele que a Câmara do Comércio propunha e, portanto, a Comissão propôs, numa primeira análise, o regime transitório de um ano a partir da aprovação deste diploma que agora estamos a discutir e no parecer a Câmara do Comércio faz algumas considerações dizendo que este diploma iria ser responsável pela produção de efeitos perversos e enumera alguns desses efeitos no seu parecer que eu agora não vou aqui ler.

Numa segunda análise e numa reunião da Comissão de Economia já aqui na Horta, e apesar de eu ser sensível a esta parte do registo, porque acho que toda a actividade económica deve ser registada e deve entrar no sistema, sistema fiscal e sistema legal, apesar de muitos deputados, senão todos, serem sensíveis a essa parte do registo e também como há pouco o Sr. Secretário disse que eventualmente a solução a apresentar poderia ser um registo regional. Mas, numa segunda análise, dizia eu, a Comissão de Economia achou por bem dizer que o parecer que tinha dado talvez não fosse aquele que se adequava melhor à realidade em questão.

Quando for na discussão na especialidade, porque o parecer tem uma alteração ao artigo 2º, eu, em nome da Comissão de Economia, retirarei a proposta de

alteração e, portanto, ficando o diploma tal qual o Governo o apresentou a esta Câmara.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD entende que a aplicação pura e simples do Decreto-Lei 61/99, de 2 de Março à Região poderia e iria com certeza produzir perturbações importantes no tecido económico das nossas comunidades mais pequenas, naquilo que diz respeito à actividade da construção civil.

Isto, porque todos sabemos que nos Concelhos mais remotos e menos desenvolvidos a construção civil assenta fundamentalmente em pequenas empresas familiares e em empresários em nome individual que, com o seu saber, vão dando resposta às necessidades desse sector e, portanto, não podiam de todo, de um momento para o outro, serem abrangidas por este diploma sem quaisquer condições de cumprirem os requisitos que nele são exigidos.

Nesse sentido o PSD dá o voto favorável à adaptação proposta pelo Governo Regional a este diploma nacional.

No entanto, e de acordo com uma conversa já tida ontem com o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e que registo com agrado que já assumiu hoje aqui neste plenário a aceitação dessa proposta, de vir a criar um registo regional para os empresários deste sector que exerçam exclusivamente a sua actividade na Região Autónoma dos Açores.

Para além desses se conseguir que o registo seja válido no todo nacional, tanto melhor, mas que, pelo menos, para esses que exercem a sua actividade exclusivamente na Região Autónoma dos Açores, possa haver um registo regional com requisitos menos exigentes com todo o apoio que as organizações e neste caso concreto a Câmara do Comércio também possam dar e serem envolvidos nesse processo de licenciamento que tomará a forma de registo ou outra forma qualquer, aquela que na opinião do Governo, dos agentes económicos e dos seus representantes, for entendida como a mais razoável e aquela que melhor cumpre os objectivos e esses objectivos são aqueles que vêm

no próprio diploma nacional, que é credibilizar as empresas do sector, disciplinar a actividade nesse sector. Com isso estamos de acordo.

Quero com isto dizer que temos aqui a duas faces da moeda. Se por um lado queremos, devemos e temos a obrigação de atender às pretensões dos pequenos empresários, também temos que ter em atenção que há necessidade de disciplinar este sector e impôr, como aqui foi dito, regras de concorrência leal entre todos e também ter em conta a estabilidade do emprego, a segurança social e as questões fiscais subjacentes a esta problemática.

Portanto, dando resposta a tudo isso, penso que o registo regional resolverá a questão, quer a uns quer a outros e ficaremos todos com o problema resolvido.

É nessa medida que mais uma vez volto a afirmar que o PSD dá o seu voto favorável à proposta apresentada pelo Governo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta proposta apresentada pelo Governo.

No entanto, queríamos fazer algumas considerações também sobre esta matéria.

Em primeiro lugar, a proposta do Governo de adaptação do Decreto-Lei nacional surge exactamente, porque a nossa situação específica no sector da construção civil nesta Região é bastante diferente daquilo que se passa no todo nacional.

E mais:

De ilha para ilha, na nossa Região Autónoma, há situações que são muito diferentes de umas para outras. Não tenho dúvidas nenhuma que, por exemplo, na ilha de S. Miguel haverá empresas capazes de hoje concorrerem às obras públicas, quer sejam do Estado/Região quer sejam das autarquias locais, o que não se passa nas nossas ilhas mais pequenas onde as pequenas empresas, micro-empresas ou até algumas empresas familiares de construção civil estão e passam por situações que não lhes permite o acesso ao registo nacional. Por isso mesmo entendemos que se for criado o registo nacional isso poderá ser positivo.

Também já foi dito pelo Sr. Deputado, Presidente da Comissão, que não vão avançar com a proposta que vinha da Comissão. Efectivamente pensamos que se se avançasse com essa proposta seria grave, porque não acreditamos que dentro de um ano, em todas as nossas ilhas e com todas as nossas empresas ou com muitas das empresas que têm possibilidade de se virem a registar, isso pudesse acontecer.

No entanto, queria chamar a atenção para um outro aspecto, é que o problema não é só o aspecto de inscrição ou de categoria técnica das diversas empresas.

Há um conjunto de vicissitudes na nossa construção civil que eu penso que, com a obrigatoriedade de todos estes registos, também podem e devem ser tidos em conta e limitados. Refiro-me, por exemplo, à situação de muitos trabalhadores da construção civil que, pura e simplesmente, não têm qualquer vínculo de trabalho. Nós não podemos permitir que a empresa, por exemplo, consiga um registo com determinada categoria técnica, mas, por outro lado, continue a praticar determinadas ilegalidades no que diz respeito ao emprego e à situação dos seus trabalhadores.

Pensamos que estas situações têm que ir todas a par e par, sob o aspecto técnico, quer sejam grandes quer sejam pequenas empresas, possam ter os registos que necessitam, mas também, no que diz respeito às relações de trabalho, cumpram rigorosamente aquilo que está efectivamente legislado.

É neste sentido que nós entendemos que esta matéria é uma matéria que deve merecer uma atenção muito especial, que se deve ir ao encontro no sentido de facilitar as empresas de construção civil nesta Região para que elas possam continuar a exercer as suas funções, no sentido de tecnicamente se melhorarem, mas também no sentido de respeitarem a legislação vigente no que diz respeito às relações de trabalho.

Presidente: Concluído o debate, vou pôr o diploma à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Vamos passar à discussão na especialidade.

Vou pôr simultaneamente à discussão os artigos 1º., 2º. e 3º. Estão à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para reafirmar que a proposta de alteração, apresentada pela Comissão, é retirada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado, mas eu já tinha tomado nota.

Parecendo não haver mais intervenientes, vou pôr à votação este conjunto de artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: Os artigos 1º., 2º. e 3º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vou pôr agora o diploma à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: O diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à votação a seguinte **Proposta de Resolução:**

"A Mesa da Assembleia propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Março."

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se, por favor, como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e à Representação Parlamentar para nos encontrarmos às 19,15 horas na sala de reuniões Mesa.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite e muito obrigado a todos.

(Eram 18 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

José Manuel Avelar Nunes

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*